

ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PARCERIA



**FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA**



**REGIÃO METROPOLITANA DE
PORTO ALEGRE (RS)**



Paulo Roberto Rodrigues Soares

Adriano Gustavo Zerbielli

Ana Clara Fernandes

André Augustin

Carolina Rezende Faccin

Judite Sanson de Bem

Lucimar Siqueira

Heleniza Ávila Campos

Geisa Zanini Rorato

Mário Leal Lahorgue

Moisés Waismann

Nicole Leal de Almeida

Pedro Azeredo de Ugalde

Vanessa Marx

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui-se no dossiê elaborado pelo **Núcleo Porto Alegre** do Observatório das Metrópoles, apresentando informações sobre a evolução do COVID-19 na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA no período de junho de 2020 a outubro de 2021. Os levantamentos foram realizados a partir de dados secundários oficiais e pesquisa documental e bibliográfica.

Este dossiê visa atualizar as informações apresentadas no dossiê do primeiro semestre de 2020, especialmente no que se refere às mudanças nas políticas de enfrentamento à pandemia e a distribuição e criação de novos auxílios, visto que, em 2020, as políticas de enfrentamento da doença por parte do Estado do Rio Grande do Sul estavam concentradas na atualização de decretos e no sistema de monitoramento do distanciamento social, a partir de bandeiras.

O documento é composto dos seguintes itens, além da introdução e das considerações finais: no primeiro, descreve-se o processo de implementação e as principais mudanças ao longo do período mencionado das políticas estaduais de combate à pandemia no Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para a atualização no sistema de controle e combate à pandemia e para o programa de Auxílio Emergencial Gaúcho; no segundo item apresentam-se informações sobre violência urbana e violência contra mulheres no Estado e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) durante a pandemia; o terceiro, trata da difusão da pandemia no Estado, com ênfase, principalmente, na evolução dos casos e óbitos na RMPA; o quarto item apresenta informações sobre a pandemia no município de Porto Alegre.

1. AS POLÍTICAS DE COMBATE E DE RESPOSTAS À PANDEMIA NO ESTADO

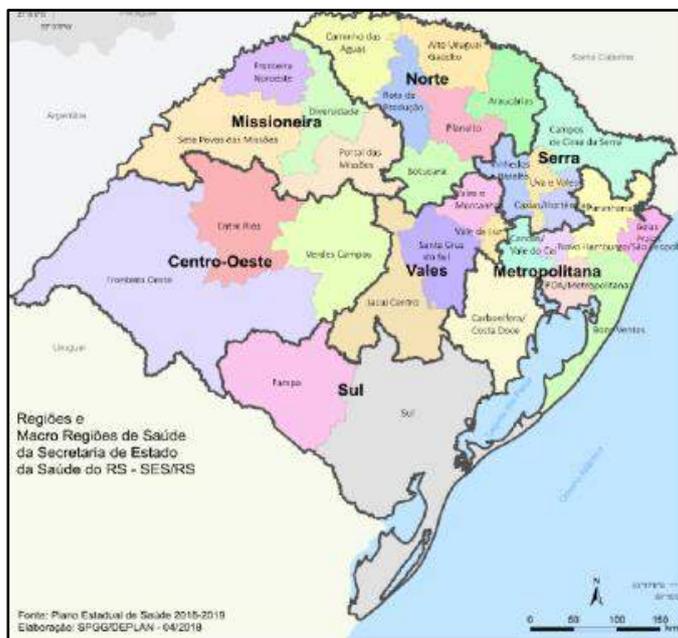
As políticas estaduais de combate à pandemia no Rio Grande do Sul passaram por diversas alterações ao longo do primeiro e do segundo ano de pandemia. O primeiro semestre de 2020 foi marcado por decretos, tanto do governo estadual como do municipal, que criaram estruturas administrativas, restringiam a circulação de pessoas e aumentavam o distanciamento social; e que depois passaram a flexibilizar tais medidas. Em maio de 2020 entrou em vigor o modelo de “distanciamento controlado” que dividiu o Estado em 20 regiões, classificadas por bandeiras de risco. As classificações se deram por meio de diversos indicadores como total de casos por município, casos com relação à população, total de óbitos, óbitos com relação à população, número de pacientes

internados por Covid-19 e leitos de UTI disponíveis. Cada região foi identificada semanalmente com uma bandeira referente ao grau de risco em saúde nas cores amarela (risco baixo), laranja (médio), vermelha (alto) ou preta (altíssimo), que restringiam ou flexibilizavam as atividades econômicas através de protocolos e regras. Um ano após a implantação a classificação por bandeiras foi substituída pelo sistema de emissão de alertas, que possui como diferença ao modelo anterior o “compartilhamento de responsabilidades”. Enquanto no modelo de controle por bandeiras as classificações, protocolos e decretos eram emitidos exclusivamente pelo Estado, no Sistema 3As de Monitoramento — como é chamado o modelo atual — o Comitê Técnico Regional fica responsável por emitir uma resposta ao alerta emitido pelo Comitê de Crise do estado.

1.1 Atualização no sistema de controle e combate à pandemia: Sistema 3As de Monitoramento

O Sistema 3As de Monitoramento¹ (Aviso, Alerta e Ação) foi implantado no Rio Grande do Sul em 10 de maio de 2021, em substituição ao sistema de bandeiras executado até então pelo Governo do Estado.

Figura 1: RS: Regiões do Modelo de Regionalização do Distanciamento Controlado



Fonte: SES-RS (2020).

¹ Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 04 out. /2021.

O sistema utiliza os dados epidemiológicos e de acompanhamento do sistema de saúde para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores das regiões. O novo sistema diferencia os protocolos obrigatórios de atividades para todo Estado dos protocolos identificados como variáveis, ou seja, de acordo com as definições regionais, mantendo a regionalização utilizada no sistema anterior, de bandeiras, em que os municípios foram agrupados em 30 regiões de saúde. Esta regionalização considera os hospitais de referência e leitos de UTI, sendo 21 Regiões Covid e 7 Macrorregiões. As regiões têm maior autonomia na definição de seus próprios protocolos (entre os variáveis).

Os três indicadores utilizados no monitoramento através do Sistema 3As são: **Aviso**, **Alerta** e **Ação**. Nesse sistema os municípios são responsáveis por definir os protocolos que atendam às demandas determinadas pelo monitoramento, com supervisão do Governo do Estado e respeitando os protocolos Gerais e Obrigatórios e os Obrigatórios por Atividade.

O indicador de **Aviso** é emitido quando é identificado por parte do GT Saúde uma tendência, reduzido ritmo de vacinação ou registro instável de dados. Quando o comitê técnico regional recebe um aviso a região deverá redobrar sua atenção em relação a pandemia, porém é opcional adotar novas medidas. O último aviso emitido para a Região de Porto Alegre (R10), no dia 10 de agosto de 2021, informa um aumento de 16,8% nas internações em leitos clínicos, entre suspeitos e confirmados².

Quando uma tendência é considerada grave por parte do GT Saúde é emitido um sinal de **Alerta** ao Gabinete de Crise e a região. Cabe ao Gabinete de Crise decidir emitir ou não o alerta, caso decida não emitir a região segue em monitoramento até a próxima região do GT Saúde; caso o alerta seja emitido é necessário que seja executado um **Plano de Ação**. A partir da emissão de alerta a região tem 48 horas para responder e apresentar um plano de ação a ser executado, tal plano passa pela avaliação do Gabinete de Crise, que por sua vez avalia se a resposta dada pela região se adequa ao quadro epidêmico regional. Se o Gabinete considerar que a resposta dada pela região não se aplica, o Governo Estadual poderá intervir e estipular ações adicionais para a região em alerta.

Das 30 Regiões de saúde, as regiões R04, R05 - Capão da Canoa, R06 - Taquara e R07 - Novo Hamburgo receberam avisos em 14 de julho; a região R29, R30 - Lajeado receberam avisos em 04 de agosto de 2021; já as R08 Canoas, R09 Guaíba e R10 Porto Alegre, receberam avisos em 11 de agosto de 2021. A região R21 (Pelotas e sul do estado) recebeu o aviso em 22 de setembro³. Essas

² Formulário para emissão de Avisos e Orientações de Alertas do GT Saúde. Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/upload/arquivos/202108/11190039-comunicado-portoalegre-10agosto.pdf> Acesso em: 13 de set de 2021.

³ <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-emite-aviso-para-a-regiao-de-pelotas>. Acesso em 03 out. 2021.

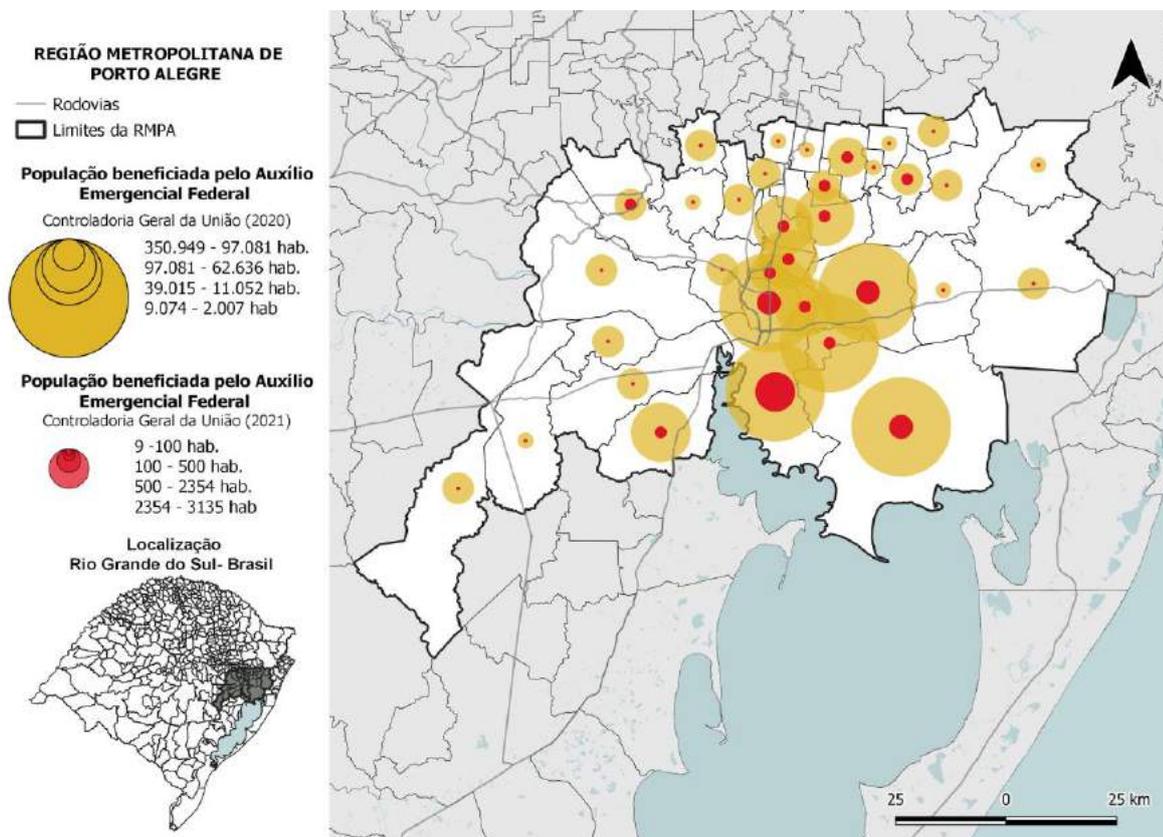
regiões não receberam avisos de alerta em nenhum momento desde que o sistema foi implantado, ao contrário das demais regiões que tiveram seus avisos de alerta retirados nos últimos meses.

1.2 O Auxílio Emergencial e o Auxílio Emergencial Gaúcho

O Auxílio Emergencial Federal foi criado em 2020 com o intuito de compor a renda da população pobre e empobrecida pela crise sanitária do Covid-19, contudo, o valor disponibilizado não é capaz de suprir as carências já estabelecidas antes da pandemia e se potencializaram com a chegada dela. O Auxílio Emergencial em 2020 beneficiou aproximadamente 68 milhões de brasileiros através do pagamento de nove parcelas, sendo as cinco primeiras parcelas de 600 reais e as quatro últimas, de 300 reais; enquanto mulheres chefes de família têm direito a duas cotas, ou seja, as duas primeiras parcelas foram de 1.200 reais, enquanto as quatro últimas foram de 600 reais, sofreu uma considerável baixa em 2021.

Em 2021 além da redução no contingente de beneficiados, que foram restringidos a um beneficiado por família e limitado a beneficiadas que haviam recebido o auxílio em 2020, houve redução no valor disponibilizado (CARRANÇA, 2021). O valor disponibilizado em 2021 apresentou uma variação entre 150 reais, para pessoas que moram sozinhas, 250 reais para domicílios com mais de uma pessoa e 375 reais para mães solo. Na **Figura 2** podemos observar a redução no número de beneficiados pelo auxílio na RMPA.

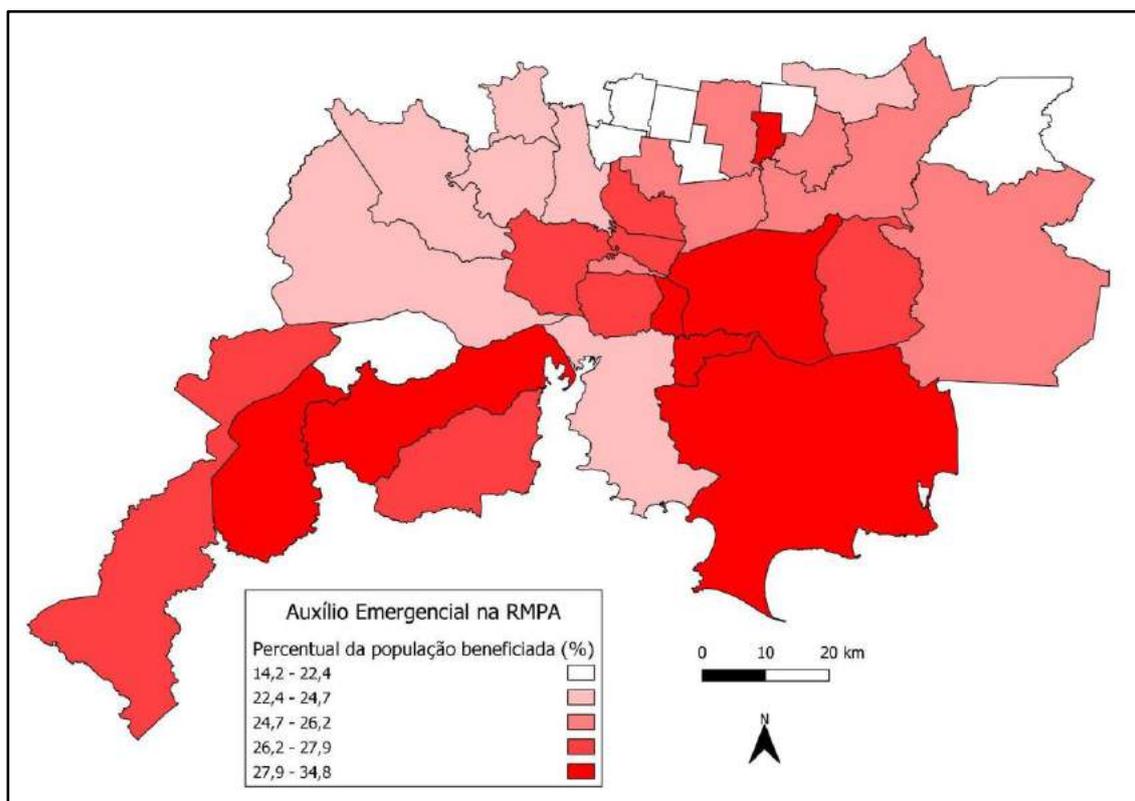
Figura 2: População Beneficiada pelo Auxílio Emergencial Federal 2020 -2021



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021). Fonte dos dados: Portal Transparência (2021).

Já pela **Figura 3** e pela **Tabela 1** observamos a distribuição do Auxílio Emergencial por município da RMPA, onde se observa o percentual da população de cada município que foi beneficiada. Nota-se pelo mapa que os municípios mais próximos à Porto Alegre, os quais de acordo com a regionalização do Observatório das Metrôpoles Núcleo Porto Alegre fazer parte da RMPA-POA, e que possuem uma economia mais terciária (tanto no PIB, como na força-de-trabalho), foram os que mais receberam o Auxílio Emergencial federal em 2020, enquanto que os municípios com predominância industrial, especialmente no Vale do Sinos, apresentam percentual menor de população recebendo o auxílio.

Figura 3 - Distribuição do Auxílio Emergencial por município da RMPA (2020)



Elaboração: Pedro Ugalde (2021). Fonte dos dados: Portal da Transparência.

Tabela 1 - Beneficiários do Auxílio Emergencial por sub-região da RMPA. (2020).

Subregião	Beneficiários	% da população
Porto Alegre	350.949	23,6
RMPA-PoA	474.726	28,0
RMPA-Vale	209.996	24,2
RMPA-Entorno	76.207	24,6
RMPA	1.111.878	25,5

Elaborado por Pedro Ugalde (2021). Fonte: Portal da Transparência.

A **Tabela 2** apresenta a demanda pelo Auxílio Emergencial por município da RMPA. Nota-se, tal como já mencionado no parágrafo anterior, que os municípios da RMPA-PoA são preponderantes entre aqueles com a maior demanda. Dos dez municípios com maior percentual da população beneficiada, oito encontram-se nesse recorte espacial. Importante anotar que, entre os

municípios que compõe a RMPA-PoA, aqueles com os maiores vínculos com Porto Alegre, especialmente em função da mobilidade dos trabalhadores, apresentaram as maiores porcentagens do Auxílio Emergencial entre a população, como é o caso, por exemplo, de Alvorada e Cachoeirinha.

Tabela 2 - Demanda do Auxílio Emergencial por município da RMPA (2020)

Municípios	Regionalização	% Auxílio Emergencial
Araricá	RMPA-Vale	34,8
Arroio Dos Ratos	RMPA-Entorno	30,2
Alvorada	RMPA-PoA	29,9
Cachoeirinha	RMPA-PoA	29,1
Eldorado Do Sul	RMPA-PoA	28,9
Viamão	RMPA-PoA	28,7
Gravataí	RMPA-PoA	28,0
Canoas	RMPA-PoA	27,9
Sapucaia Do Sul	RMPA-PoA	27,5
Guaíba	RMPA-PoA	27,1
Nova Santa Rita	RMPA-PoA	27,0
São Jerônimo	RMPA-Entorno	27,0
Glorinha	RMPA-Entorno	26,6
São Leopoldo	RMPA-Vale	26,2
Esteio	RMPA-PoA	25,9
Santo Antônio Da Patrulha	RMPA-Entorno	25,6
Novo Hamburgo	RMPA-Vale	25,5
Taquara	RMPA-Entorno	25,1
Sapiranga	RMPA-Vale	24,8
Parobé	RMPA-Vale	24,8
Triunfo	RMPA-PoA	24,7
Capela de Santana	RMPA-Entorno	24,6
São Sebastiao do Cai	RMPA-Entorno	24,2
Portão	RMPA-Vale	24,2
Porto Alegre	Porto Alegre	23,6
Igrejinha	RMPA-Entorno	23,5
Montenegro	RMPA-Entorno	22,7
Estância Velha	RMPA-Vale	22,0
Rolante	RMPA-Entorno	21,7

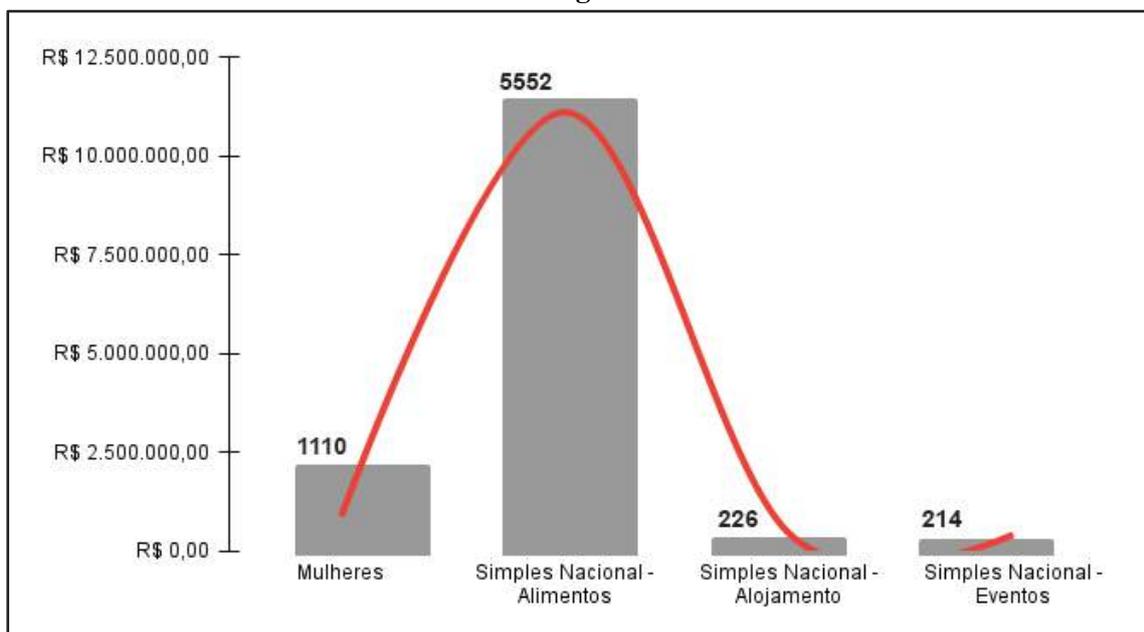
Campo Bom	RMPA-Vale	21,4
Charqueadas	RMPA-PoA	20,3
Nova Hartz	RMPA-Vale	19,6
Dois Irmãos	RMPA-Vale	15,4
Ivoti	RMPA-Vale	14,2

Elaborado por Pedro Ugalde (2021). Fonte dos dados: Portal da Transparência.

O **Auxílio Emergencial Gaúcho** foi criado a partir do Projeto de Lei 65/2021, de autoria do governo do Estado, visando a proteção social e apoio a atividades econômicas - prejudicadas pelo contexto pandêmico. O projeto foi aprovado, por unanimidade, em 06 de abril de 2021 na Assembleia Legislativa e instituído pela Lei 15.604, segundo informações disponibilizadas pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Os grupos beneficiados pelo auxílio estadual são: mulheres chefes de família; Empresas Simples Nacional; Microempreendedores Individuais; Trabalhadores desempregados. Para o grupo de Mulheres chefes de famílias o valor do benefício é de R\$ 800,00 pagos em parcela única, no dia 17 de maio de 2021. O benefício se restringe a núcleos familiares com cinco ou mais membros com renda per capita de até R\$ 89,00, sejam responsáveis pelo sustento de três ou mais filhos e que não tenham sido contempladas com o auxílio emergencial federal e não sejam beneficiárias do Bolsa Família.

Para Empresa Simples Nacional o valor do benefício é de R\$ 2.000,00 pagos em parcela única por meio de crédito em conta corrente da própria empresa a partir de 09 de julho de 2021. Para que sejam contempladas as empresas devem estar inscritas na Receita Estadual do Rio Grande do Sul até 31 de março de 2021, constem como ativas e registradas como optantes do Simples Nacional. Além disso as empresas precisam estar registradas em algum dos seguintes CNAE como atividade principal: discotecas, danceterias, salões de dança e similares; design; aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal, instrumentos musicais; aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes; casas de festas e eventos; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; artes cênicas, espetáculos e atividades complementares; gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas e produção e promoção de eventos esportivos.

Gráfico 1: Auxílio Emergencial Gaúcho - Relação entre beneficiários e valor investido em cada categoria



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021).
Dados da Secretaria de Planejamento, Governo e Gestão (2021).

O grupo de Microempreendedores Individuais (MEI) e Trabalhadores Desempregados ainda não foi chamado para o cadastramento e até o momento não foram divulgadas datas para que isso ocorra. Após a aprovação do cadastro ambos os grupos serão beneficiados, assim como as Mulheres Chefes de Família, com R \$800,00. Os Microempreendedores Individuais (MEI) deverão ter sede no Rio Grande do Sul cadastrada até 31 de março de 2021 e constar como registrados no cadastro SimeI com atividade principal de alojamento ou alimentação, exceto para MEIs dedicados ao fornecimento de alimentos preparados e de consumo domiciliar. Para esse grupo as restrições são: a já citada sede no Rio Grande do Sul sem vínculo ativo de emprego (Novo Caged); que não tenham recebido seguro-desemprego nem benefícios do INSS em março de 2021, e que constem como ativos e registrados no cadastro SimeI com atividade principal conforme as restringidas para as Empresas Simples Nacional.

Já o grupo de Trabalhadores Desempregados, homens ou mulheres, devem atender aos seguintes requisitos: ter perdido o vínculo formal de emprego, com a atividade principal dos setores citados anteriormente; e que até a publicação da lei (12 de abril de 2021) não tenham adquirido vínculo de emprego ativo e que não estejam cadastrados como microempreendedor individual (MEI) ou como empresa enquadrada no Simples Nacional.

No âmbito municipal algumas iniciativas surgiram em 2021. Das trinta e quatro cidades que compõem a Região Metropolitana de Porto Alegre das trinta e quatro cidades, vinte desenvolveram

auxílios próprios que visavam beneficiar grupos distintos. Não houve uma unidade entre os grupos beneficiados pelos auxílios municipais, os critérios e valores também apresentaram variações de acordo com cada prefeitura municipal. Entretanto, cabe destacar que em apenas seis dos vinte municípios da RMPA que desenvolveram auxílios próprios tiveram o grupo beneficiado eram famílias vulneráveis e pessoas de baixa renda, às demais concentraram seus esforços em atender microempresas e profissionais da cultura e do esporte.

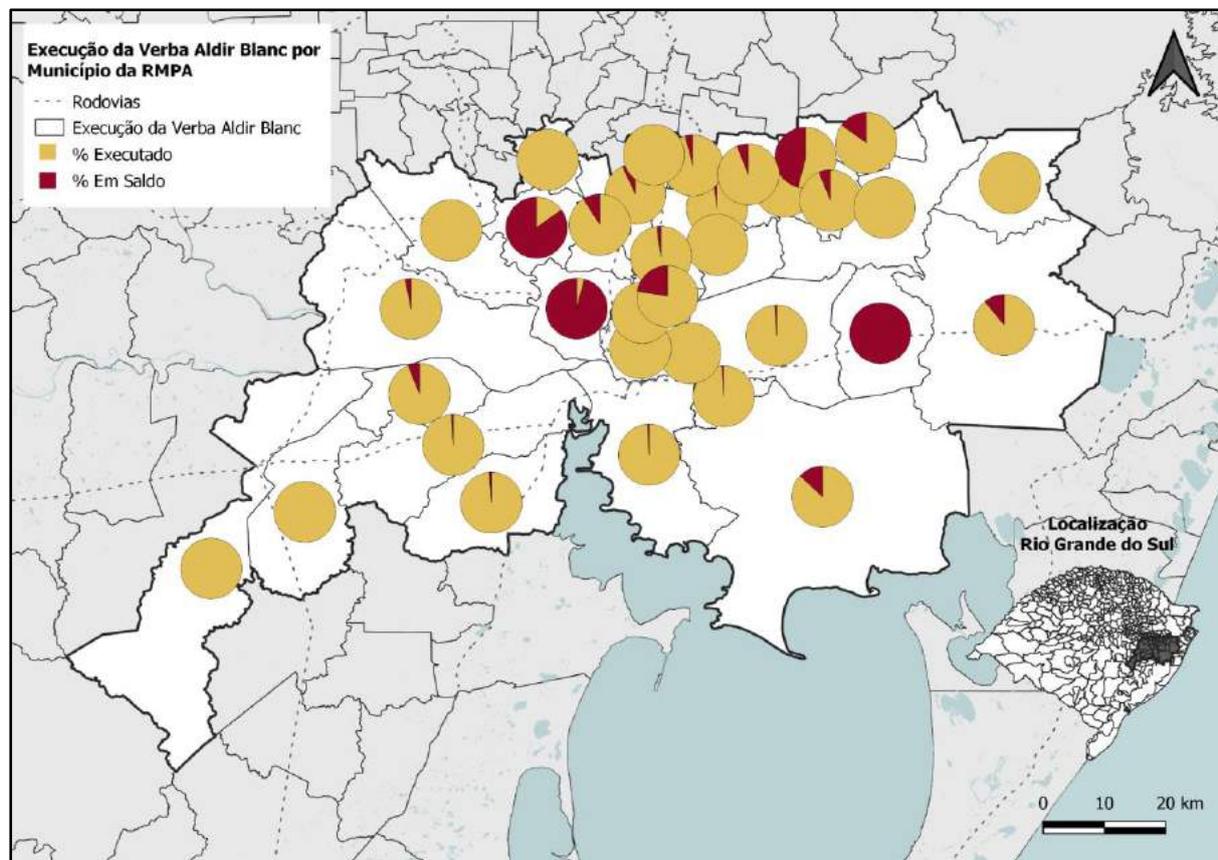
O que tange o auxílio emergencial a profissionais da cultura e do esporte, segundo informações da Secretaria de Comunicação do Governo do Rio Grande do Sul (2021), a verba é proveniente de recursos do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte (Pró-Esporte) e Fundo de Apoio à Cultura (FAC) e convênios com prefeituras. As prefeituras interessadas em aderir ao programa deveriam efetuar um cadastro, apresentar a documentação solicitada e cumprir com os critérios do Cadastro de Habilitação de Convênio do Estado. O valor total disponibilizado para o programa foi 10 milhões de reais, distribuídos em parcelas únicas de 800 reais; sendo 75% deste valor referente a repasse da Secretaria de Esporte e Lazer e 25% das prefeituras.

A distribuição de auxílio emergencial para o setor da cultura em alguns municípios da RMPA ocorreu através da Lei Aldir Blanc, de acordo Inciso II do caput do art. 2º do Decreto 14.017, de 2020 compete aos municípios “distribuir subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas”.

O setor cultural foi um dos mais impactados pelas restrições e distanciamentos instaurados como medidas de contenção da disseminação da Covid-19, conforme podemos observar na Figura 4.

No item a seguir será apresentado alguns aspectos do impacto da pandemia no setor cultural.

Figura 4: Execução pelos municípios da RMPA da verba Aldir Blanc



Fonte: Portal Sistema Nacional de Cultura. Elaboração: Nicole Leal de Almeida (2021).

1.3 O impacto da pandemia no Setor Cultural

Um dos segmentos mais afetados pela pandemia foi o Setor Cultural. Assim resta-nos verificar algumas modificações ocorridas para captarmos tal comportamento.

[...] a cultura pode ser uma das principais vítimas da COVID-19 e o fechamento definitivo de espaços culturais e demissões de seus trabalhadores já é uma realidade no mundo, alterando também as características que compõem a precarização deste tipo de trabalho. No Brasil, a pandemia da COVID-19 agravou um cenário já pouco promissor para a produção de cultura e seus trabalhadores desde a extinção do Ministério da Cultura e a incorporação de sua agenda no Ministério da Cidadania, em 2019. (MININEL, 2020).

A **Tabela 3** mostra a quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, que contribuíam para a previdência nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos na Região Metropolitana de Porto Alegre no 2º trimestre de 2020 e no 2º trimestre de 2021.

Tabela 3 - Região Metropolitana de Porto Alegre: Quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, que contribuem /não contribuem para a previdência nas atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021).

	Contribuinte		Não contribuinte		Total Geral	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Total	6.211	2.562	4.562	2.061	10.773	4.623
Homem	4.717	1.238	2.864	1.190	7.581	2.428
Ensino Fundamental incompleto			1.623		1.623	
Ensino Fundamental completo	1.049				1.049	
Ensino Médio completo		525	535		535	525
Superior incompleto	3.668		707		4.374	
Ensino Superior completo		713		1.190		1.903
Mulher	1.495	1.324	1.697	872	3.192	2.196
Ensino Fundamental incompleto						
Ensino Fundamental completo						
Ensino Médio completo						
Ensino Superior incompleto	344				344	
Ensino Superior completo	1.151	1.324	1.697	872	2.848	2.196

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados PNADC/IBGE (2021).

Observa-se de acordo com dados da PNADC que houve uma redução muito importante no número de contribuintes e de não contribuintes para a previdência neste período de pandemia: nos contribuintes esta queda foi de 58,75% e naqueles não contribuintes na ordem de 54,8%. No total, os homens são os mais afetados (- 67,97%). Estes dados também estão presentes na tabela 3.

A Tabela 4 mostra as proporções dos dados da Tabela 3. Vê-se que nos contribuintes predominam os indivíduos com ensino superior incompleto (78%), enquanto nas mulheres essa porcentagem é de 77% mas com ensino superior completo. Os homens que não contribuem têm, em maior maioria, o Ensino Fundamental incompleto.

A pandemia da Covid-19, assim como impôs mudanças na rotina de áreas como educação, indústria e serviços, alterou também a forma como os indivíduos da área cultural passaram a desempenhar suas atividades, entre elas o crescimento do uso de *lives* na música. A área cultura precisou se reinventar, não apenas no que se refere ao número de pessoas envolvidas direta ou indiretamente, mas ao público. Sabe-se que o setor cultural tem uma grande quantidade de indivíduos informais, e neste momento de pandemia, muitos dos empregos do *backstage* não foram recuperados.

Tabela 4: Região Metropolitana de Porto Alegre: Proporção de indivíduos (%), por sexo e escolaridade, que contribuem/não contribuem para a previdência nas atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021)

	Contribuinte		Não contribuinte		Total Geral	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Homem	76	48	63	58	70	53
Ensino Fundamental incompleto	-	-	57	-	21	-
Ensino Fundamental completo	22	-	-	-	14	-
Ensino Médio completo	-	42	19	-	7	22
Superior incompleto	78	-	25	-	58	-
Ensino Superior completo	-	58	-	100	-	78
Mulher	24	52	37	42	30	47
Ensino Fundamental incompleto						
Ensino Fundamental completo						
Ensino Médio completo						
Ensino Superior incompleto	23	-	-	-	11	-
Ensino Superior completo	77	100	100	100	89	100

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021)

Tabela 5: Variação na quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, que contribuem para a previdência nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos na Região Metropolitana de Porto Alegre no 2º trimestre de 2021/2º trimestre de 2020

	2021/2020		
	Contribuinte	Não contribuinte	Total Geral
Total	-59	-55	-57
Homem	-74	-58	-68
Ensino Fundamental incompleto		-100	-100
Ensino Fundamental completo	-100		-100
Ensino Médio completo		-100	-2
Superior incompleto	-100	-100	-100
Ensino Superior completo			
Mulher	-11	-49	-31
Ensino Fundamental incompleto			
Ensino Fundamental completo			
Ensino Médio completo			
Ensino Superior incompleto	-100		-100
Ensino Superior completo	15	-49	-23

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021)

A Tabela 6 apresenta os dados dos indivíduos por sexo, escolaridade e por faixa de remuneração nas atividades artísticas, criativas e de espetáculos na Região Metropolitana de Porto Alegre no 2º trimestre de 2020 e no 2º trimestre de 2021. Este período escolhido é relevante porque

apresenta dois picos da pandemia, ao final de 2020 e o início do segundo pico no ano de 2021, onde houve a maior quantidade de desempregados.

Como já havíamos colocado anteriormente estas atividades foram e ainda estão severamente sendo atingidas pois sua maioria demanda espaços em que há muitas pessoas utilizando conjuntamente. Isto inviabiliza os shows, artes cênicas, cinemas, entre outros: “Sessões de cinema, espetáculos de teatro, shows de música, baladas, exposições em museus. A diversidade do setor cultural se encontra em um ponto em comum: são atividades que dependem da aglomeração de gente para sobreviver”⁴.

Tabela 6 - RMPA: Quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, por faixa de remuneração nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

	até 2000		2000-3000		4000-6000		mais 6000		Total Geral	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Total	4.214	2.758	4.203	1.236	1.964	348	391	282	10.773	4.623
Homem	2.329	1.886	4	260	1.049	-	-	282	7.581	2.428
Ensino Fund. incompleto	1.623	-	-	-	-	-	-	-	1.623	
Ensino Fund. completo	-	-	-	-	1.049	-	-	-	1.049	
Ensino Médio completo	-	525	535	-	-	-	-	-	535	525
Superior incompleto	707	-	3.668	-	-	-	-	-	4.374	
Ensino Sup. completo	-	1.361	-	260	-	-	-	282		1.903
Mulher	1.885	872	-	976	915	348	391	-	3.192	2.196
Ensino Fund. incompleto	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ensino Fund. completo	-	-	-	-	-	-	-	-		
Ensino Médio completo	-	-	-	-	-	-	-	-		
Superior incompleto	-	-	-	-	344	-	-	-	344	
Ensino Sup. completo	1.885	872	-	976	571	348	391	-	2.848	2.196

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021).

No total houve uma redução da remuneração dos indivíduos de todas as faixas de remuneração, com maior gravidade na faixa de R\$ 4.000,00 à R\$ 6.000,00. Para os homens percebe-

⁴ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/21/O-impacto-do-coronav%C3%ADrus-na-cultura.-E-o-papel-dos-governos> Acesso em: 27 out. 2021

se que na mesma faixa deixa de existir indivíduos computados pela PNADC. As mulheres são mais afetadas, no que diz respeito à remuneração na faixa de R\$ 6.000,00 ou mais: “Observa-se também a impossibilidade, no cenário pandêmico, de manutenção de algumas atividades laborais afetando diretamente a renda destes trabalhadores, que nem sempre estabelecem vínculos formais de trabalho” (MININEL, 2020).

Proporcionalmente, conforme verificamos na Tabela 6, tanto homens quanto mulheres estão concentrados na faixa de remuneração menor: até R\$ 2.000,00 e de menor escolaridade (estes dados também podem ser observados nas Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 – RMPA: Proporção de indivíduos, por sexo e escolaridade, por faixa de remuneração nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

	até 2000		2000-3000		4000-6000		mais 6000	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Total	39	60	39	27	18	8	4	6
Homem	31	78	55	11	14	-	-	12
Ensino Fundamental incompleto	100		-		-		-	
Ensino Fundamental completo	-		-		100		-	
Ensino Médio completo	-	100	100	-	-	-	-	-
Superior incompleto	16		84		-		-	
Ensino Superior completo		72		14		-		15
Mulher	59	40	-	44	29	16	12	-
Ensino Fundamental incompleto								
Ensino Fundamental completo								
Ensino Médio completo								
Superior incompleto	-		-		100		-	
Ensino Superior completo	66	40	-	44	20	16	14	-

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021)

Tabela 8 – RMPA: Variação na quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, por faixa de remuneração nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

	até 2000	2000-3000	4000-6000	mais 6000	até 2000
Total	-35	-71	-82	-28	-57
Homem	-19	-94	-100		-68
Ensino Fundamental incompleto	-100				-100
Ensino Fundamental completo			-100		-100
Ensino Médio completo		-100			-2
Superior incompleto	-100	-100			-100
Ensino Superior completo					
Mulher	-54		-62	-100	-31
Ensino Fundamental incompleto					
Ensino Fundamental completo					
Ensino Médio completo					
Superior incompleto			-100		-100
Ensino Superior completo	-54		-39	-100	-23

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021).

A Tabela 9 traz os dados do número de indivíduos empregados nas atividades artísticas, criativas e de espetáculos. A maior parte são “Conta-própria”, mas também há indivíduos, em menor quantidade, com carteira assinada. Este setor tem como característica o trabalho por conta própria. Os casos de trabalhadores com carteira assinada tiveram uma redução de 100% do número de indivíduos e o mesmo ocorreu com os empregadores. A pandemia caracterizou-se por um período muito prolongado em que as atividades não puderam ser exercidas, logo os empregadores demitiram os empregados. Isto ocorreu em quase todas as atividades culturais.

Tabela 9 - RMPA: Quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, empregados nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

			Empregado no setor privado				Empregador		Total Geral	
	Conta-própria		com carteira		sem carteira					
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Total	5.665	4.364	3.668			260	1.440		10.773	4.623
Homem	2.864	2.428	3.668				1.049		7.581	2.428
Ensino Fund. incompleto	1.623								1.623	
Ensino Fund. completo							1.049		1.049	
Médio completo	535	525							535	525
Ensino Sup. incompleto	707		3.668						4.374	
Ensino Sup.r completo		1.903								1.903
Mulher	2.800	1.936				260	391		3.192	2.196
Ensino Sup. incompleto	344								344	
Ensino Sup. completo	2.456	1.936				260	391		2.848	2.196

Elaboradopor Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021).

Tabela 10 - RMPA: Proporção de indivíduos, por sexo e escolaridade, empregados nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

	Conta-própria		Total Geral	
	2020	2021	2020	2021
Total	100	100	100	100
Homem	51	56	70	53
Fundamental incompleto ou equivalente	57	-	21	-
Fundamental completo ou equivalente	-	-	14	-
Médio completo ou equivalente	19	22	7	22
Superior incompleto ou equivalente	25	-	58	-
Superior completo	-	78	-	78
Mulher	49	44	30	47
Superior incompleto ou equivalente	12	-	11	-
Superior completo	88	100	89	100

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021).

Tabela 11 - RMPA: Variação na quantidade de indivíduos, por sexo e escolaridade, empregados nas Atividades artísticas, criativas e de espetáculos (2º trim/2020 e 2º trim/2021)

Indicador	Conta-própria	Total Geral
Total	-23	-57
Homem	-15	-68
Fundamental incompleto ou equivalente	-100	-100
Fundamental completo ou equivalente		-100
Médio completo ou equivalente	-2	-2
Superior incompleto ou equivalente	-100	-100
Superior completo		
Mulher	-31	-31
Superior incompleto ou equivalente	-100	-100
Superior completo	-21	-23

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021). Dados: PNADC/IBGE (2021).

Assim, houve uma modificação ampla e com enlaces complicados na área da cultura. Durante a pandemia da COVID-19, o modo de ofertar arte e o padrão de usufruto mudaram, pois como centros culturais estão fechados, a produção e distribuição de arte por meios digitais parece ter ganhado espaço. Também houve crescimento significativo de assinantes de provedores internacionais de filmes e séries (streaming) como a NETFLIX, AMAZON, o que levou às pessoas assistirem em casa em substituição de frequentarem os equipamentos culturais. (MININEL, 2020).

1.4 Impactos no Mercado de Trabalho Formal

Quanto ao saldo dos vínculos do mercado formal da RMPA comparando março de 2020 com março de 2021 os dados do APÊNDICE 1 nos propicia algumas considerações:

- a) O ano de 2020 já apresentava, para algumas atividades, um saldo negativo, como é o caso da indústria de transformação, a construção civil, comércio e reparação de veículos, alojamento e alimentação e artes, cultura, esportes e recreação. Assim, 2020 foi um ano que apresentou um saldo negativo superior a 2021. Uma das explicações pode ser que o primeiro impacto da pandemia foi muito severo e o país já vinha contabilizando perdas desde a crise de 2015;
- b) Em março de 2021 já se percebem recuperações, embora tênues, no total de vínculos da RMPA, mas o número de vínculos não chegou a aquele de março de 2020;
- c) Os municípios mais afetados foram Canoas, Dois Irmãos, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Sapiranga. Não significa que apenas estes tiveram redução de vínculos em 2020, mas suas atividades, ou seja, seu dinamismo foi afetado pela especialização produtiva (serviços ou

indústria ligada à exportação como calçados, máquinas e equipamentos, e outros). Não se pode desconsiderar que estes municípios, de uma forma ou outra estão fortemente ligados ao setor externo e, naquele momento, também atravessava pelo mesmo problema (pandemia sobretudo aqueles que têm forte relação com a China e o mercado europeu – Itália, Espanha, Alemanha entre outros);

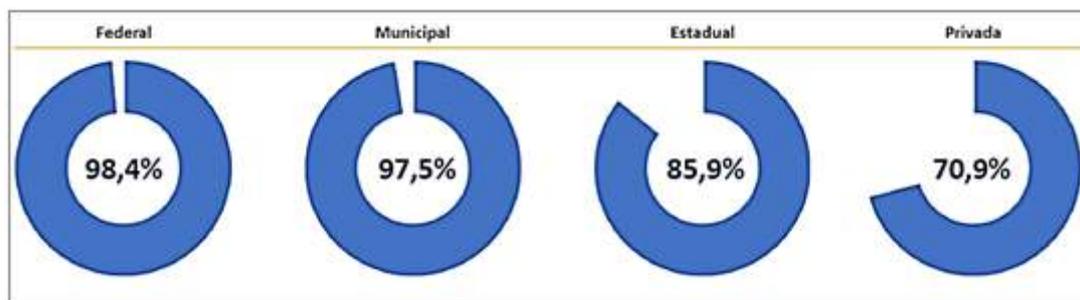
- d) Em 2021 já se percebe uma recuperação, os dados são de março, embora saibamos que houve uma recaída grave, logo após. Mas alguns municípios já estavam em uma situação em que os empresários não dispunham de uma folga para demissões, pois é muito oneroso o referido processo e a retomada é mais lenta com empregados sem o devido conhecimento do processo. Assim, percebe-se que mesmo as demissões que houveram em março de 2021, elas foram bem inferiores a março de 2020;
- e) No entanto, houve municípios em que as oscilações, nos dois períodos, foram menos intensas, como: Campo Bom, Montenegro, Portão, que também mantém relações com o setor exportador, mas tem uma matriz intermediária no processo.

O mercado de trabalho formal que já vinha sofrendo com o impacto de reformas na legislação, com o aumento da terceirização, contratos por tempo de trabalho e com o crescimento de profissionais autônomos, vive um momento de incerteza. Especula-se que o avanço da vacinação sustentará a retomada econômica dos setores mais afetados, as análises sobre a resposta do mercado de trabalho só poderão ser concretizadas a longo prazo, visto que muitos municípios passam por um período de oscilação não podendo ser possível identificar um padrão de comportamento do mercado de trabalho formal em relação a pandemia.

1.5 O impacto da pandemia na Educação

No contexto pandêmico, a rotina e o deslocamento diário de estudantes, professores e funcionários de escolas foi alterada. Através de decretos federais, estaduais e municipais as aulas foram substituídas pelo ensino remoto com o intuito de evitar o alastramento do COVID-19. Essa condição estendeu-se por todas as redes de ensino brasileiras ao longo de 2020, conforme mostra a Figura 5.

Figura 5 - Brasil: percentual de escolas que não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020



Fonte: Censo Escolar - INEP⁵

Conforme estudo realizado pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) sobre a exclusão escolar no Brasil e os impactos da COVID-19 na educação, a pandemia desencadeou retrocessos em um contexto onde os índices caminhavam para a superação – como por exemplo em 2016, o percentual era de 3,9% e, em 2019, 2,7%. Em 2020, o percentual de crianças e adolescentes que estavam fora da escola ou sem atividades escolares no Brasil chegou a 13,9%, como um reflexo da pandemia. No Rio Grande do Sul, esse percentual correspondeu a 6,2% - em 2019 correspondia a 3%.

Em Porto Alegre, o Decreto Municipal 20.747 de 1º de outubro de 2020, definiu regras sanitárias para o retorno gradual às atividades escolares. Esse retorno trouxe questionamentos no Ministério Público pelas representações sindicais do funcionalismo público. A seguir o calendário proposto pela prefeitura.

Quadro 1: Calendário das atividades de ensino em 2020 (Porto Alegre)

Dia	Áreas
28 de setembro	alimentação de educação infantil, atividades de apoio e adaptação.
05 de outubro	retorno educação infantil, terceiro ano do ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos (EJA)
13 de outubro	alimentação em todas as outras escolas, atividades de apoio (fundamental, médio e especial)
19 de outubro	retorno do ensino fundamental 1, especial e EJA (ensino municipal)

⁵ Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_pesquisa_covid19_censo_escolar_2020.pdf.> Acesso em 03 de novembro de 2021.

28 de outubro	retorno de cursos de idiomas, esportes, culinária, artes e similares
03 de novembro	retorno do ensino fundamental 2, especial, primeiro e segundo anos do ensino médio e atividades de turno inverso
23 de novembro	retorno ensino superior

Elaborado por Ana Clara Fernandes a partir de dados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre⁶

A consolidação do regramento sanitário possibilitou o retorno gradual, sem a obrigatoriedade dos estudantes frequentarem as aulas presenciais com a manutenção das atividades remotas. Chama a atenção no calendário a questão da alimentação escolar. A verba dispensada pelo governo federal através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi utilizada para prover as famílias de gêneros alimentícios. A

Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica”.⁷

Conforme estudo divulgado no Boletim Desigualdade nas Metrôpoles nº 4, no primeiro trimestre de 2021, 28,3% da população residente na Região Metropolitana de Porto Alegre possuía renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo. Comparado ao resultado de 2020 (20,7%) esse percentual demonstra significativa queda do poder aquisitivo dos habitantes de menor renda. Os dados do segundo trimestre (Boletim Nº 5) demonstram uma diminuição desse percentual, que permanece acima do registrado no primeiro trimestre de 2020 e abaixo dos dados gerais do conjunto das regiões metropolitanas brasileiras.

⁶ Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/coronavirus/volta-aulas>>. Acesso em 21 de outubro de 2021.

⁷ Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-perguntas-frequentes>>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

Tabela 12: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo em Porto Alegre total de regiões metropolitanas – Brasil

Região Metropolitana	Trimestre		
	1º tri/2020	1º tri/2021	2º tri 2021
Porto Alegre	21%	27,4%	25%
Total RMs Brasil	24,5%	29,4%	28,1%

Fonte: Boletim Desigualdades nas Metrôpoles N°5.⁸

O empobrecimento da população diminui a possibilidade de acesso ao ensino remoto oferecido pelas escolas, especialmente das redes públicas. Políticas de garantia de acesso a dados móveis, celulares, tablets e outros que possibilitasse a participação das crianças e adolescentes nas atividades remotas foram implementadas. Mesmo assim, a degradação socioeconômica, a saúde mental e dificuldades com a modalidade de ensino remoto colaboraram para o aumento da evasão escolar.

Os estabelecimentos de ensino no Rio Grande do Sul são administrados por diferentes redes: municipal, estadual, federal e privada. O total de cada rede no Estado, em Porto Alegre e na Região Metropolitana de Porto Alegre estão representados na Tabela 13.

Tabela 13: Total de estabelecimentos de ensino da Educação Básica 2017 -

Dependência administrativa	RS	RMPA (sem Porto Alegre)	Porto Alegre
Estadual	2.534	375	257
Federal	51	9	5
Municipal	4.835	952	99
Particular	2.636	578	684
Total	10.056	1.914	1.045

Fonte: Dados retirados do Censo Escolar 2017 – publicação da Secretaria Estadual Educação RS⁹.

⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/>>. Acesso em 20 outubro de 2021.

⁹ Disponível em <<https://educacao.rs.gov.br/estatisticas-da-educacao>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

Em Porto Alegre estão 10,39% dos estabelecimentos de ensino do RS e no restante da região metropolitana 19,03%. No total, 29,42% dos estabelecimentos estão localizados na região. Para exemplificar o impacto da pandemia nas escolas de Educação Básica e de Educação Infantil utilizamos como amostra os dados coletados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS/POA) e pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED/POA).

Semanalmente, desde 29 de setembro de 2020, as escolas que atuaram presencialmente preencheram questionários com informações sobre número de alunos, professores e funcionários em atividades presenciais e número de casos registrados. O primeiro boletim foi emitido em 26 de outubro de 2020, correspondendo ao período 27/9 a 17/10 (Semana epidemiológica 40 a 42 de 2020), e o último em 30/12, correspondendo à semana 51. Ao longo de 2021, o mesmo procedimento foi realizado, possibilitando acompanhar o desenvolvimento da pandemia nas instituições. Os dados utilizados para compor as tabelas a seguir, correspondentes aos anos letivos de 2020 e 2021 com atividades presenciais estão disponíveis na forma de gráficos na página da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.

Tabela 14: COVID-19 nas escolas com atividades presenciais em Porto Alegre - 2020

Mantenedora	Escolas que responderam questionário			Nº de professores			Nº de alunos			Nº de funcionários		
	Semanas											
	40	47	51	40	47	51	40	47	51	40	47	51
Pública Federal	-	-	-	384	4.925	1.922	1.040	27.011	12.195	265	4.260	1.859
Pública Estadual	-	2	1									
Pública Municipal	3	56	5									
Privada	27	198	101									
Comunitária	23	138	38									
Total	53	394	145									
Casos confirmados COVID-19				2	36	12	1	20	2	2	28	9
%				0,52	0,73	0,62	0,09	0,07	0,02	0,75	0,66	0,48

Elaboração: Ana Clara Fernandes (2021). Dados: Boletim COVID-19 - Instituições de ensino nº 10/2020. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMS/SME¹⁰.

¹⁰ Disponível em <<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

A seleção dos dados considerou a primeira e a última semana epidemiológica com aulas presenciais, semanas 40 e 51, respectivamente. A seleção da semana intermediária (47) considerou o momento de maior número de alunos em atividades na escola. Nas semanas selecionadas, nenhuma escola pública federal respondeu ao questionário. Observando a tabela é possível perceber relativa constância nos percentuais de casos entre professores e funcionários, independentemente do número total desses nas instituições ao longo do período representado. Em relação aos alunos, o percentual de casos confirmados apresenta-se inferior, independente da variação do total dos mesmos em atividades presenciais. Conforme a fonte dos dados, há situações, especialmente entre os alunos de menor idade, em que não houve testagem apesar de existirem sintomas:

A recusa da coleta acontece principalmente em alunos da educação infantil, quando a escola não tem autorização formal dos responsáveis para coleta no ambiente escolar (estes podem coletar em qualquer posto de coleta da rede municipal), ou eles preferem manter os alunos afastados pelo período de 10 dias ao invés de realizar a testagem (RT-PCR ou RT-LAMP). (SMS/SME. Boletim COVID-19 - Instituições de ensino nº 10/2020)

Os professores foram proporcionalmente, dentre as testagens realizadas nas escolas, os mais atingidos pelo contágio durante o ano letivo de 2020, conforme o Figura 6 abaixo:

Figura 6 - Proporção dos casos sobre o total de pessoas em atividades presenciais 2020



Fonte: Boletim COVID-19 - Instituições de ensino nº 10/2020. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMS/SME¹¹.

A situação das escolas em 2021 está representada na Tabela 14. A contagem das semanas inicialmente seguiu a numeração de 2020. Em abril de 2021, o registro dos dados nos boletins passou a considerar as

¹¹ Disponível em <<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms>>. Acesso em 18 de outubro de 2021.

semanas do ano vigente. Mantivemos na tabela a contagem das semanas epidemiológicas. Dessa forma, a correspondência entre as semanas é a que segue: semana 61 - 8/2021 (21/2 a 27/2); a semana 68 – 15/2021 (11/4 a 17/4); semana 94 – 41/2021 (10/10 a 16/10). A escolha das semanas representadas considerou o início do ano letivo nas escolas (61), o momento em que o Rio Grande do Sul esteve com bandeira preta - risco altíssimo de contaminação COVID-19 (15) conforme reportagem do jornal Sul21 e o último boletim de divulgação da situação nas escolas disponível (94).

Tabela 15 – COVID-19 nas escolas com atividades presenciais em Porto Alegre - 2021

Mantenedora	Escolas que responderam questionário			Nº de professores			Nº de alunos			Nº de funcionários		
	Semanas											
	61	68	94	61	68	94	61	68	94	61	68	94
Pública Federal	-	-	-	1.219	289	3.560	3.795	05	36.136	1.485	533	3.361
Pública Estadual	1	-	5									
Pública Municipal	26	14	23									
Privada	50	27	118									
Comunitária	25	18	48									
Total	102	59	194									
Casos confirmados COVID-19				48	0	1	7	1	18	28	15	2
%				3,93	0	0,03	0,18	20	0,05	1,88	2,81	0,06

Elaboração Ana Clara Fernandes (2021) a partir de Boletim COVID-19 - Instituições de ensino nº 43/2021. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – SMS/SME¹².

¹² Disponível em < <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms>>. Acesso em 18 de outubro de 2021

Entre as escolas que preencheram o formulário “Monitoramento Instituições Ensino de Porto Alegre” ao longo das semanas destacadas na Tabela 14, percebemos que o momento de maior incidência de casos corresponde ao início do ano letivo (61), onde o grupo dos professores permanece com o maior percentual de contaminação. No dia 27/2 o governo estadual decretou a bandeira preta em todo o estado (risco altíssimo de contaminação), ocasionando a suspensão das aulas presenciais. Essa situação epidemiológica manteve-se até o final do mês de abril, nesse período o sistema de saúde em Porto Alegre entrou em colapso. Na semana 68 foi registrado o menor número de estudantes em situação presencial nas escolas no ano letivo de 2021, considerando os dados de todos os boletins divulgados a partir da segunda quinzena de fevereiro. Conforme matéria divulgada no jornal Extra Classe, publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS

Novo decreto que altera a classificação do estado em relação ao risco de contágio por covid-19 deve ser publicado nesta terça-feira, 27, pelo governador Eduardo Leite (PSDB). Os critérios para bandeira preta devem ser revistos para contornar decisões judiciais que impedem o reinício das aulas presenciais na educação infantil e nos dois primeiros anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas e privadas como postula o decreto ainda em vigor. (Jornal Extra Classe, 27/04/2021)

A suspensão das atividades presenciais e a pressão para seu retorno envolveram debates judiciais no estado. Destaca-se que nas escolas o modelo híbrido de ensino – atividades remotas e atividades presenciais não obrigatórias permeou os anos letivos de 2020 e 2021.

A vacina contra COVID – 19 foi disponibilizada para professores e funcionários das escolas das redes pública e privada a partir de junho de 2021. Observando os dados registrados na semana 94 percebe-se alteração nos percentuais de contaminação conforme o grupo analisado. Entre os professores e funcionários houve diminuição de contágio, e um movimento inverso é constatado entre o grupo de alunos.

Analisando as Tabelas 13 e 14, percebe-se o predomínio das escolas particulares entre os respondentes do formulário semanal de acompanhamento da pandemia nas escolas. Ao longo de 2021, na semana com maior número de alunos em atividades presenciais – semana de 05 a 11 de setembro, houve registro de 70.003 estudantes. O número de matrículas em Porto Alegre, conforme os resultados preliminares do Censo Escolar da Educação Básica de 2021 é superior a 123,8 mil somente em escolas municipais e estaduais. “Os dados referem-se à matrícula inicial na creche, pré-escola, ensinos fundamental e médio (incluindo o médio integrado e normal magistério), no ensino regular e na educação de jovens e adultos (EJA) presencial fundamental e médio (incluindo a EJA integrada à educação profissional)” (Jornal do Comércio, 22/09/2021).

O Decreto 56.171, de 29/10/2021 publicado pelo governo estadual estabelece o retorno às atividades presenciais a partir de 08 de novembro. Abrange todas as redes de ensino públicas e privadas, exceto as instituições federais. Prevê a possibilidade de ensino remoto aos estudantes que comprovarem com atestado médico a impossibilidade de frequentar as aulas presenciais, assegura o ensino híbrido e o revezamento das turmas para garantir a possibilidade das instituições cumprirem os protocolos de prevenção à COVID-19 que continuam em vigor e mantém obrigatório o Plano de Contingência para Prevenção, Monitoramento e Controle da epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) pelas escolas. Ao final do ano letivo, as provas e avaliações deverão ocorrer de forma presencial, considerando os casos de restrição.

Nas instituições de ensino superior a pandemia COVID-19 promoveu inicialmente a suspensão das aulas e das atividades presenciais. Em diferentes tempos e de acordo com as mantenedoras, o ensino remoto foi implementado em 2020. As instituições privadas foram as primeiras a implementar o ensino remoto e logo depois o modelo híbrido. Conforme reportagem do G1 (janeiro de 2021) “PUCRS, ESPM e Uniritter, por exemplo, voltarão às aulas em modelo híbrido, com atividades presenciais e remotas. Já a Unisinos adotará um sistema facultativo, onde os alunos decidiram por participar das aulas no campus ou em casa”¹³. Além disso, o Centro Universitário Metodista (IPA) também planejou o retorno híbrido, com as aulas teóricas online. A forma de ingresso nas instituições particulares para 2022 acontecerá com provas online e/ou presencial, em sua maioria mediante agendamento. As notas do ENEM também poderão ser utilizadas para ingresso. As orientações do Governo Estadual e dos Governos Municipais são seguidas por essas instituições no que tange aos protocolos de prevenção e contenção ao COVID-19. O Decreto nº 56.120, de 1º de outubro de 2021, emitido pelo governador do estado, regulamenta o uso do protocolo vacinal em uma série de atividades a partir de 18 de outubro¹⁴. As atividades de ensino não estão previstas no Decreto e conforme reportagem do jornal Zero Hora, as instituições privadas ainda avaliam sobre a obrigatoriedade de apresentação do passaporte vacinal nas atividades presenciais de ensino.¹⁵

Nas universidades e institutos federais a suspensão das aulas e o oferecimento de estudos remotos emergenciais (ERE) trouxe a condição socioeconômica dos estudantes como pauta para

¹³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/01/21/universidades-do-rs-preparam-volta-as-aulas-em-diferentes-modelos.ghtml>>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

¹⁴ Disponível em <<https://www.estado.rs.gov.br/o-que-muda-nos-protocolos-de-enfrentamento-a-pandemia-no-rs-a-partir-de-segunda-18>>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

¹⁵ Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/10/passaporte-vacinal-como-universidades-gauchas-tratam-o-tema-ckud62swg003f017f3dvz1kvk.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

distribuição de recursos. Consultas sobre o acesso a internet e dados móveis, sobre o acesso a computadores, tablets e/ou celulares que possibilitasse o acompanhamento das aulas remotas foram realizadas. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por exemplo, o primeiro semestre de 2020 iniciou em agosto, com um plano de assistência aos estudantes

A partir de julho, todos os alunos que são participantes do Programa de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) receberão auxílio emergencial alimentação de R\$ 300 por um período de três meses, prorrogável por mais três meses. Esse grupo receberá, pelo mesmo período, auxílio inclusão digital, no valor de R\$ 70 mensais, para viabilizar acesso à internet. As adaptações do Programa de Benefícios são extraordinárias e transitórias e estão detalhadas em portaria publicada no site da PRAE.

...

As iniciativas de inclusão digital visando à implantação do ensino remoto emergencial contemplam também auxílio de R\$ 360 (parcela única) para aquisição de tablet ou assemelhado. O estudante que optar por esse auxílio não receberá o auxílio material de ensino de R\$ 180.

...

Estudantes que não são participantes do Programa de Benefícios, mas ingressaram na Universidade como cotistas de renda (modalidades L1, L2, L9 e L10) são público-alvo do auxílio emergencial de R\$ 200 mensais por três meses, prorrogáveis por mais três meses (UFRGS Notícias, 20/06/2020).¹⁶

O mesmo aconteceu, mesmo que de forma diferenciada, nas demais instituições federais (Universidades e Institutos Federais¹⁷) do Rio Grande do Sul, em especial o auxílio para viabilizar o acesso à internet. Na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) a condição socioeconômica dos estudantes também esteve presente: O Conselho Superior Universitário da Uergs (Consun) aprovou, em 25 de agosto de 2020, a concessão de um auxílio emergencial a estudantes da Universidade em situação de vulnerabilidade socioeconômica que ingressaram naquele ano¹⁸.

¹⁶ Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ufrgs-apresenta-plano-de-assistencia-estudantil-emergencial-para-retorno-das-atividades-da-graduacao>>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

¹⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de rio Grande; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal do Pampa; Instituto Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense.

¹⁸ Disponível em <<https://www.uergs.edu.br/auxilio-academico-emergencial>>. Acesso em 03 de novembro de 2021.

A suspensão das aulas em março de 2020 e a reorganização das instituições federais ocasionou atraso do calendário acadêmico. Na UFRGS, o segundo semestre de 2021 iniciará em 17 de janeiro de 2022, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em 07 de fevereiro de 2022, por exemplo.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) informou que, no momento, atua presencialmente uma parcela restrita da comunidade acadêmica, como alunos e profissionais da área da saúde e pesquisadores com trabalhos de pesquisa que dependem de cuidado contínuo. Antes de retornarem, os indivíduos são submetidos a teste RT-PCR para a covid-19 no Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS)¹⁹.

No conjunto, as instituições federais elaboraram planos de contingência e traçaram planos de retorno presencial em 2022 com previsões que levam em consideração o avanço da vacinação de professores, estudantes e funcionários. O retorno fica condicionado à situação pandêmica no estado (aumento ou recuo no número de casos e hospitalizações). Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a falta de sinalização de um plano de retorno presencial desencadeou a movimentação da ADURGS – Sindical (sindicato representante dos professores) no sentido de cobrar a elaboração de um plano. Segundo o presidente do sindicato, Lúcio Vieira

— Os professores estão preocupados com a falta de planejamento da universidade. Na medida em que a grande maioria dos professores e técnicos está vacinada com as duas doses e muitos dos alunos já receberam pelo menos uma dose, entendemos que as instituições devem começar a se preparar para essa retomada, de forma gradual e híbrida, sempre observando as condições sanitárias.²⁰

O Conselho Universitário da UFRGS aprovou em reunião do dia 05 de novembro de 2021 a obrigatoriedade do passaporte vacinal para a frequência nas atividades presenciais, posicionamento também definido pela UFPEL. As demais instituições ainda debatem a questão.

O contexto apresentado procurou demonstrar os efeitos da pandemia sobre a educação em seus diferentes níveis e contextos em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. O processo de suspensão e retomada de aulas presenciais e o acesso e adaptação ao ensino remoto, a possibilidade das instituições mantenedoras cumprirem os protocolos de contingência e a condição sanitária de cada

¹⁹ Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/10/passaporte-vacinal-como-universidades-gauchas-tratam-o-tema-ckud62swg003f017f3dvz1kvk.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2021.

²⁰ Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2021/09/professores-da-ufrgs-cobram-que-instituicao-apresente-plano-de-retorno-presencial-cku7b9jn4009y017fbc8u964.html>> Acesso em 02 de novembro de 2021.

momento vivenciado realçam diferenças sociais e econômicas que permeiam o acesso e, especialmente, o direito à educação.

1.6 Transporte coletivo em Porto Alegre durante a pandemia

O transporte coletivo foi um setor extremamente afetado pela pandemia, tanto por ser um dos principais espaços de contágio quanto por ter apresentado forte queda no número de passageiros devido às medidas de isolamento social. Em relação ao contágio, existem várias evidências. Um estudo realizado pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da USP, cruzou os CEPs da base de dados de internações por SRAG com a Pesquisa Origem Destino e com dados de GPS dos ônibus de São Paulo e mostrou uma forte associação dos locais de residência dos pacientes internados por SRAG com as áreas que concentram mais origens de viagens de pessoas sem ensino superior e em cargos não executivos, os quais usam o transporte público como principal modal para deslocamentos por trabalho (MARINO; KLINTOWITZ; BRITO; ROLNIK; SANTORO; MENDONÇA, 2020).

Outro indicador de que o transporte foi importante na disseminação do vírus são os óbitos de trabalhadores desse setor. Dados levantados pela Revista Piauí deixam isso claro:

Desde abril do ano passado, a média mensal de desligamentos por morte de motoristas de ônibus e caminhão aumentou 80%, em comparação com o período pré-pandêmico [segundo dados do Caged]; foi o mesmo crescimento verificado entre técnicos e auxiliares de enfermagem. Para cada 10 motoristas e técnicos de enfermagem que morriam antes do coronavírus, agora são 18. Segundo dados de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os motoristas de ônibus urbano e rodoviário têm 71% de risco de contrair o coronavírus, enquanto os auxiliares de enfermagem têm 87%. O Caged não informa a causa da morte das vítimas.²¹

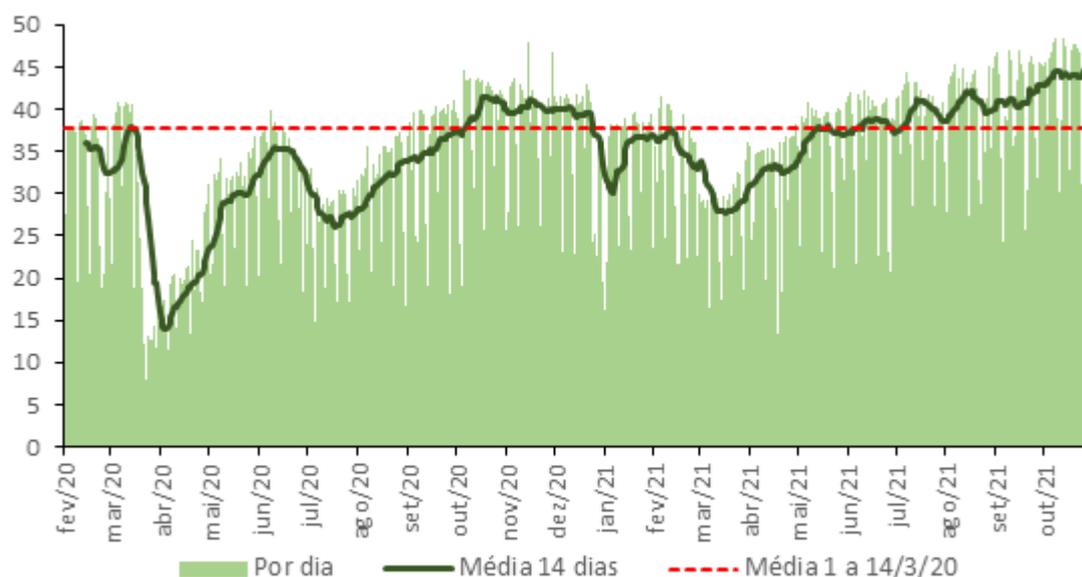
Se o transporte coletivo ajudou a disseminar o vírus, também foi afetado diretamente pela pandemia. Com a redução de circulação das pessoas devido às medidas de isolamento, menos deslocamentos foram realizados. Mas essa redução não foi uniforme entre os diferentes modos de transporte. O fluxo médio de veículos registrado nos controladores eletrônicos de velocidade nas vias de Porto Alegre (pardais e lombadas eletrônicas) em nenhum momento caiu abaixo da metade do registrado antes da pandemia e, no fim de outubro de 2021, estava apenas 10% abaixo desse valor, segundo dados divulgados pela prefeitura²².

Já o número de passageiros de ônibus chegou a ficar em um quarto do normal no início da pandemia e, no fim de outubro de 2021, ainda estava 40% abaixo do padrão.

²¹ <https://piaui.folha.uol.com.br/na-pandemia-desligamentos-por-morte-entre-motoristas-de-onibus-e-de-caminhao-cresceram-no-mesmo-ritmo-que-entre-tecnicos-e-auxiliares-de-enfermagem/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

²² <https://infografico-covid.procempa.com.br/distanciamento-social> Acesso em: 3 nov. 2021.

Gráfico 2: Número médio de passageiros por viagem de ônibus em Porto Alegre – fev/20 a out/21



Elaborado por André Coutinho Augustin (2021) a partir de Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Painel de Mobilidade e Distanciamento (2021)

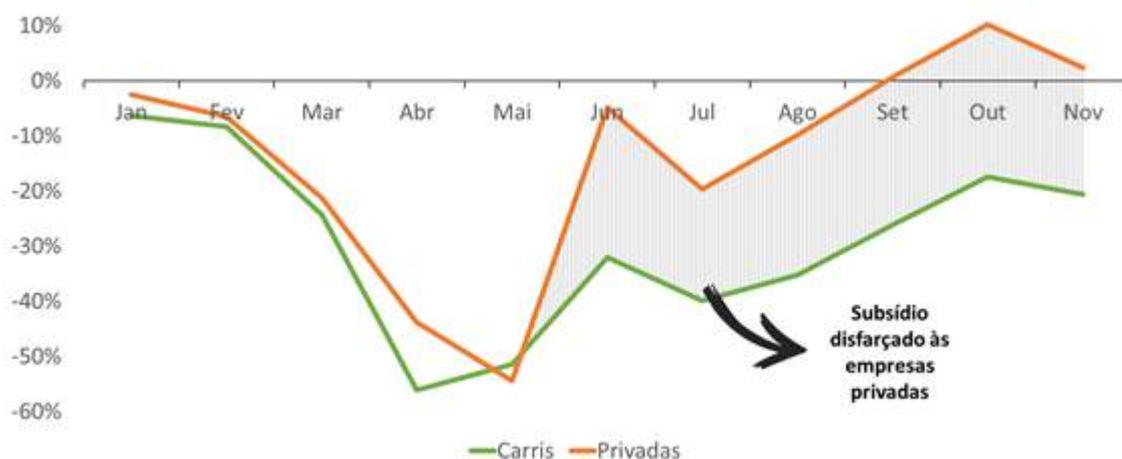
Essa redução na oferta não se deu de forma planejada pelos órgãos reguladores do setor. Em 19 de março de 2019 as empresas privadas de ônibus reduziram o número de viagens sem avisar a população. A Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), órgão da prefeitura responsável por fiscalizar o sistema de ônibus da cidade, anunciou que não havia autorizado tal mudança²³. Nas semanas seguintes novas reduções foram feitas e a EPTC, ao invés de multar as empresas por quebra de contrato, passou a autorizar todas as mudanças decididas por elas.

Algumas linhas foram completamente abandonadas e o sistema só não entrou em colapso porque a Carris, empresa pública de ônibus, assumiu as linhas mais deficitárias das empresas privadas²⁴. O resultado financeiro dessas mudanças fica claro na análise do índice de passageiros pagantes por quilômetro (IPK), principal indicador de lucratividade dos ônibus. Depois que a Carris assumiu as linhas com menor receita, o IPK das empresas privadas aumentou consideravelmente. Nos últimos meses de 2020 já estava acima do registrado nos mesmos meses de 2019.

²³ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/03/sem-autorizacao-da-epc-empresas-de-onibus-adotam-tabela-de-verao-e-reduzem-viagens-em-porto-alegre-ck7ylmpvu05vb01oawwptmfhe.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.

²⁴ <https://prefeitura.poa.br/carris/noticias/carris-assume-linhas-noturnas-da-zona-sul-e-tres-itinerarios-voltam-circular>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Gráfico 3: IPK do sistema de ônibus de Porto Alegre – 2020 – Redução em relação ao mesmo mês de 2019.



Elaborado por André Coutinho Augustin (2021) a partir de Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2020)

Isso significa que, mesmo durante a pandemia e com uma queda no número de passageiros, as empresas privadas de ônibus conseguiram uma situação mais lucrativa que antes da pandemia, ao mesmo tempo que mantiveram seus ônibus lotados auxiliando na propagação do vírus. Mesmo assim, a prefeitura assinou um acordo judicial que entregou R\$ 39 milhões para as empresas para compensar a queda no número de passageiros²⁵. Esse acordo prevê contrapartidas que não foram cumpridas e que a prefeitura aceitou que não fossem cumpridas.

Por outro lado, a Carris piorou a sua situação. Mesmo quando o número médio de passageiros voltou a crescer, seu IPK continuou baixo, já que assumiu as linhas menos rentáveis das empresas privadas. Essa diferença de IPK entre a Carris e as demais empresas nada mais é que um subsídio indireto, para além dos R\$ 39 milhões anunciados oficialmente como subsídio.

A empresa pública fechou o ano com um prejuízo de R\$ 40 milhões, o que foi utilizado pelo prefeito Sebastião Melo como justificativa para defender a privatização. O plano de privatizar a Carris, aliás, não é novo. Há anos que a direita porto-alegrense defende essa pauta e a pandemia só foi o momento mais adequado para “passar a boiada” sem resistência. Justamente num momento em que ficou evidente a importância de uma empresa pública para evitar o colapso do transporte, o resultado do uso da Carris para salvar as empresas privadas foi apresentado como uma inferioridade da gestão pública sobre a privada.

²⁵ <https://www.tjrs.jus.br/static/2020/09/Acordo-FINAL-SEi.pdf> Acesso em: 6 nov. 2021.

A Carris é a empresa de transporte coletivo mais antiga do Brasil. Foi fundada em 1872 e começou operando bondes puxados por mulas, mais tarde substituídos por bondes elétricos. Em 1954, quando já possuía frota de ônibus, a empresa foi estatizada. Nos anos 90 se tornou referência nacional em transporte público, sendo escolhida por duas vezes a melhor empresa do setor pela ANTP. Também foi a primeira instituição municipal a conquistar o Prêmio Nacional de Gestão Pública, em 2003.

A Carris não só prestava um serviço de qualidade como dava lucro. Os prejuízos só passaram a acontecer durante a gestão Fortunati (2006-2012). Não é coincidência que o vice-prefeito na época era o próprio Sebastião Melo. Inclusive foi o PMDB, partido de Melo, que ficou com a Carris na distribuição de cargos entre a base aliada. A empresa que até então era sinônimo de qualidade passou a se destacar pela péssima gestão e pelos escândalos de corrupção. Entre eles, uma fraude que desviou mais de R\$ 1,7 milhão usando documentos de uma pessoa morta. O responsável pelo crime, Ivsem Gonçalves, ocupava um cargo de confiança na Carris e posteriormente foi assessor da bancada do PMDB na Câmara Municipal. Fez doações à campanha para governador de José Ivo Sartori (PMDB) em nome da mesma pessoa morta²⁶, além de doação no próprio nome para Sebastião Melo e outros candidatos do partido²⁷.

Ou seja, o grupo político responsável pelos prejuízos da Carris foi quem usou esses mesmos prejuízos para justificar a privatização, como se a má gestão fosse inerente ao serviço público e não uma escolha política.

Também foi usado como argumento o maior custo operacional da Carris. Isso se deve, principalmente, por causa da diferença de qualidade no serviço prestado. Mesmo com o sucateamento dos últimos anos, a Carris possui uma frota mais jovem (idade média de 5,2 anos, contra 7,7 anos nas empresas privadas). Na empresa pública, 94% da frota tem ar condicionado, enquanto nas privadas esse número é de 41%. Portanto, a diferença no custo operacional se dá principalmente porque as empresas privadas não cumprem as metas de qualidade previstas na licitação, reduzindo o seu custo sem receber as multas previstas.

Em setembro de 2021, sem que houvesse muita discussão com a sociedade, os vereadores de Porto Alegre aprovaram uma lei que dá carta branca ao prefeito para fazer o que quiser com a Carris.

²⁶ <https://guaiba.com.br/2018/05/11/campanha-de-sartori-ao-piratini-recebeu-doacao-de-fraudador-da-carris/> Acesso em: 6 nov. 2021.

²⁷ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/05/repasses-de-dinheiro-feitos-por-ex-funcionario-da-carris-podem-levar-a-outros-envolvidos-na-fraude-cjh2dhd5507m001qoww47co0r.html> Acesso em: 6 nov. 2021.

A prefeitura disse que ainda não sabia o que fazer, que ainda não fez nenhum estudo sobre o tema e que só depois da aprovação tomaria a decisão. Mesmo assim teve pressa para aprovar o PL que permitia: “alienar ou transferir, total ou parcialmente, a sociedade, os seus ativos, a participação societária, direta ou indireta, inclusive o controle acionário, transformar, fundir, cindir, incorporar, liquidar, dissolver, extinguir ou desativar, parcial ou totalmente” a Carris²⁸.

Essa não foi a única medida aprovada. O momento de baixa mobilização também foi aproveitado pela prefeitura para acabar com a obrigação dos cobradores nos ônibus²⁹, outra demanda antiga das empresas.

Portanto, o resultado da pandemia no sistema de ônibus de Porto Alegre foi uma piora na qualidade do serviço prestado, com ônibus mais cheios e maior contágio. Junto com isso, a gestão Melo aproveitou para fazer mudanças estruturais no sistema e aumentar a lucratividade das empresas não só durante a pandemia, mas no longo prazo.

2. INDICADORES DE VIOLÊNCIA E DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL E NA RMPA DURANTE A PANDEMIA DE COVID -19

Esse item pretende apresentar a relação entre os indicadores de criminalidade e Indicadores de Violência Contra a Mulher - Lei Maria da Penha no Rio Grande do Sul e Região Metropolitana durante o período da pandemia (março de 2020 a setembro de 2021). Para tanto foram utilizadas as estatísticas disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública - RS (SSP-RS). O objetivo é verificar como se comportam esses indicadores com a considerável diminuição de pessoas circulando nas ruas e confinadas em casas.

No Brasil, segundo reportagem do Nexo Jornal³⁰, houve no primeiro mês de medidas restritivas adotadas no País (março) queda nos crimes contra o patrimônio — roubos e furtos — em duas das principais metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro; enquanto os índices de homicídios se mantiveram estáveis. Ainda segundo a reportagem do Nexo Jornal, diferente dos indicadores apresentados, os casos de violência doméstica cresceram consideravelmente no País. No

²⁸ https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/136717/Oficio_14446540_PLE_013_21_Carris.pdf
Acesso em: 6 nov. 2021.

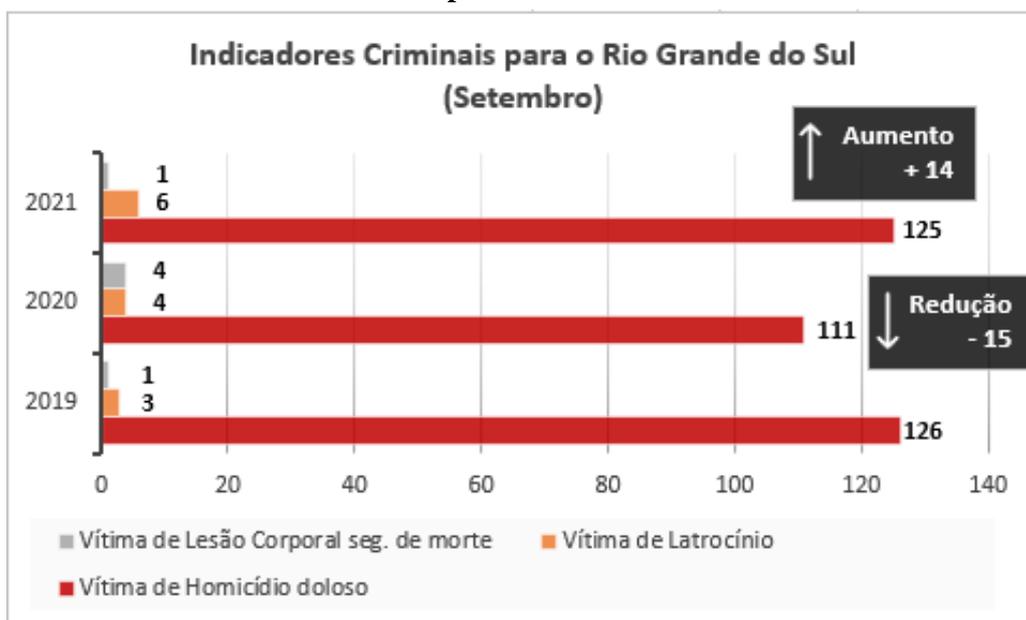
²⁹ <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/fim-cobradores-onibus-porto-alegre/>
Acesso em: 6 nov. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/14/Qual-o-impacto-da-pandemia-nos-%C3%ADndices-de-criminalidade>. Acesso em 08 de nov. 2021

decorrer do ano de 2020 os dados da reportagem, que apresenta os primeiros indicadores de violência durante a pandemia, foram se modificando. Com base nos dados oficiais de cada um dos estados brasileiros houve aumento de 5% nos assassinados em 2020, se comparado com 2019³¹. O aumento foi puxado pelo Nordeste, que vinha apresentando queda nos indicadores de mortes nos dois anos anteriores, sendo o Ceará com aumento de 81% nas mortes. Apesar disso, alguns estados apresentaram quedas no número de assassinatos, a maior queda aconteceu na região Norte (-11%); sendo o Pará o estado com maior diminuição de mortes (-19%).

O Rio Grande do Sul é um dos estados que apresentou queda nas mortes violentas em comparação com 2019.³² Entretanto, considerando os indicadores para o mês de setembro, como podemos observar no Gráfico 4, verificamos que houve redução na taxa de homicídio doloso, enquanto as taxas de vítimas de lesão corporal e latrocínio aumentaram comparando 2019 e 2020. Já em 2021 o número de homicídios dolosos voltou a crescer, assim como as vítimas de latrocínio.

Gráfico 4: Indicadores Criminais para o Rio Grande do Sul no mês de setembro



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir de dados da SSP-RS (2021)

Quando analisamos os dados para o todo ano de 2019 e 2020 e a parcial de 2021 (até setembro) verificamos de que fato houveram algumas baixas, como é o caso das vítimas de homicídio (-17)

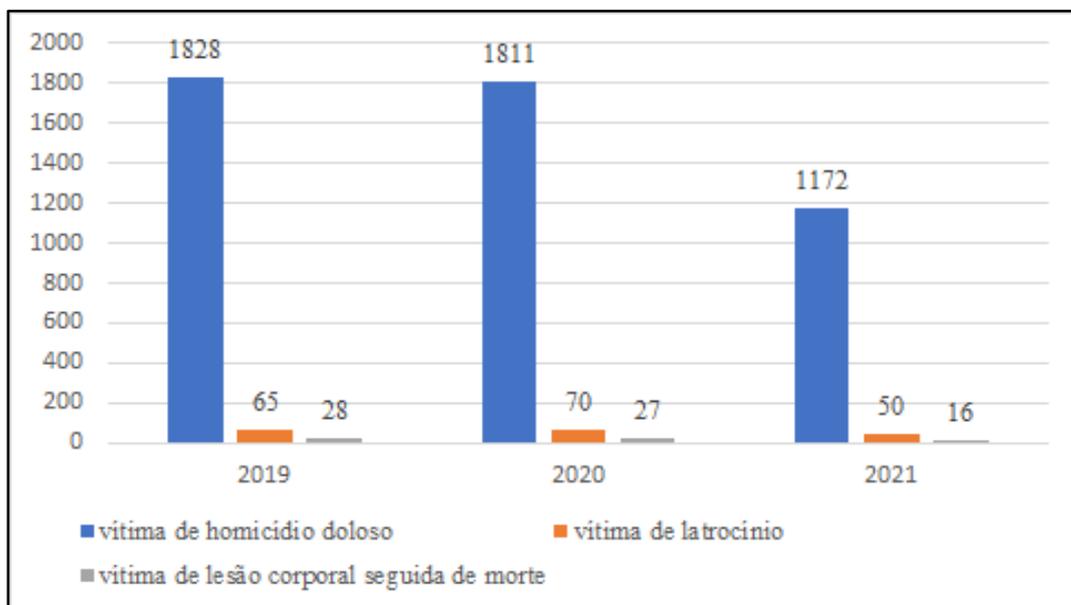
³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/02/12/brasil-tem-aumento-de-5percent-nos-assassinatos-em-2020-ano-marcado-pela-pandemia-do-novo-coronavirus-alta-e-puxada-pela-regiao-nordeste.ghtml>

Acesso em 08 de nov. 2021

³² Idem

doloso e vítimas de latrocínio (-1), enquanto o número de vítimas de latrocínio aumentou (+5), conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Indicadores Criminais no Rio Grande do Sul



Considerando registros realizados até setembro de 2021

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir de dados da SSP-RS (2021)

A SSP vem divulgando a queda nos indicadores de violência, apesar das reduções, quando existem, serem baixas para caracterizar uma consolidação. Além disso, os indicadores frustraram quem esperava um aumento significativo nos índices de violência mediante a reclusão e o aumento de pessoas sem renda; bem como, as expectativas de uma redução significativa proveniente do isolamento social.

Ao que se refere aos crimes de violência contra mulher, segundo Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021):

Ao longo dos meses de abril, maio e junho de 2020(...) durante o período monitorado houve queda nos registros policiais de lesão corporal dolosa, ameaça, estupro e estupro de vulnerável contra mulheres. Em sentido contrário, a violência letal – feminicídio e homicídio de mulheres - apresentou crescimento no período, em um sinal de agravamento dos conflitos(...).

A partir dos dados apresentados pelo Fórum é possível pressupor que a queda nos registros de ameaça e lesão corporal dolosa, considerando que os autores de violências são na maioria das vezes pessoas conhecidas e com grau de parentesco, tenha relação direta com a baixa autonomia financeira de mulheres pobres e empobrecidas durante a pandemia. A precarização das condições de vida das

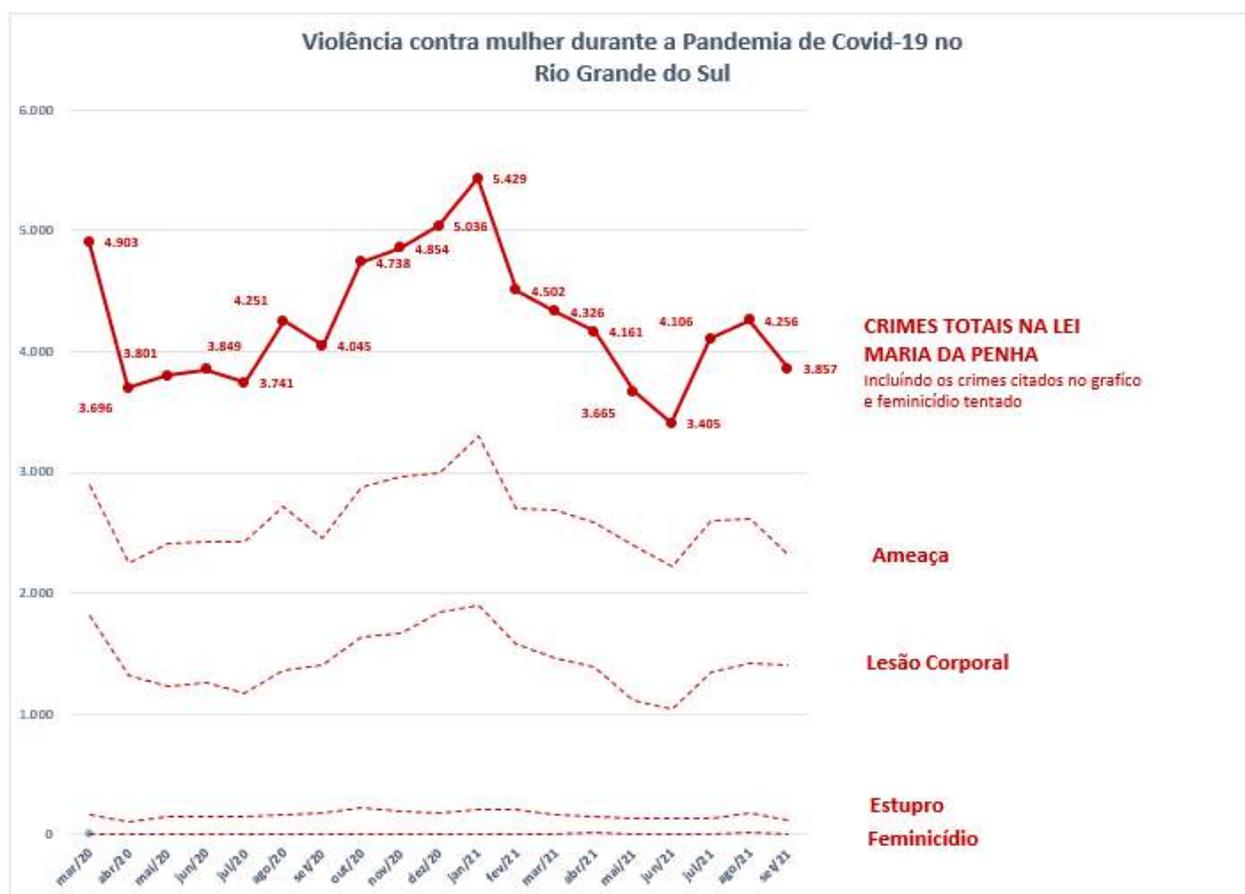
mulheres, agravada durante a pandemia, dificulta a denúncia e o encontro de uma rede de apoio que possibilite a ruptura da relação com o agressor.

A situação das mulheres tem se agravado muito desde o início da pandemia. O dossiê COVID de 2020 apontava que desde o início da pandemia os organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), alertavam sobre a existência de grupo dos vulneráveis (mulheres, idosos, crianças e pessoas de baixa renda) e a necessidade de apoio a estes grupos por parte dos Estados, para que fossem reduzidos os danos na pandemia. Além do crescimento da violência contra mulher neste contexto, no Brasil, RS e Porto Alegre a questão da sobrevivência de mulheres que são chefes de família vem sendo uma questão fundamental para pensarmos políticas públicas neste contexto. Programas de renda mínima são importantes para a vida das mulheres e para romper com situações de violência. No início da pandemia, o dossiê de 2020 apontava o crescimento de redes de solidariedade e de campanhas de alimentos e ajuda que foram criadas por mulheres³³. Além disso, muitas mulheres atuam na linha de frente no combate a COVID-19, como alerta a ONU Mulheres 70% do total de profissionais que atuam na linha de frente no combate ao COVID-19 são mulheres (Scapini e Marx, 2020).

Observando o Gráfico 6, onde estão apresentados os indicadores de violência contra mulheres durante a pandemia no Rio Grande do Sul, verificamos que de maio para abril de 2020 houve uma queda nos crimes totais mantendo um número de ocorrências abaixo dos 4000 casos até agosto, quando volta a crescer. O período de queda nos indicadores coincide com períodos em que os índices de isolamento social apresentavam taxas de 60% a 45% em Porto Alegre e de 55% a 40% no Brasil, segundo informações apresentadas por Augustin e Soares (2021). Indicando uma possível relação entre o isolamento social e a dificuldade de denunciar e acessar de

³³ Ver 5.3 Campanha de Apoio a Diaristas: uma experiência do movimento social e o combate à Covid-19 de Nanashara D. Sanches - Coordenação nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário Coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal (SOARES et al, 2020)

Gráfico 6: Violência contra mulher durante a Pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir de dados da SSP-RS (2021)

Quando verificamos os números totais dos crimes na Lei Maria da Penha para o Rio Grande do Sul, apresentados na Tabela 14, observamos a redução dos indicadores em quase todos os crimes listados. Contudo, chama atenção o aumento significativo na taxa de estupros e estupros de vulneráveis, não sendo possível isolar esses crimes pois o relatório da SSP-RS apresenta a soma desses.

Tabela 16: Crimes contra mulheres no Rio Grande do Sul

Crime	2019	2020	2021
Ameaça	37381	33679	23425
Lesão Corporal	20989	18914	12664
Estupro	1714	2066	1462
Feminicídio Tentado	359	317	185

Femicídio Consumado	97	79	78
---------------------	----	----	----

Considerando registros realizados até setembro de 2021

Fonte: Elaborado por Nicole Leal de Almeida (2021) a partir de dados da SSP-RS (2021)

Destacamos a importância da apresentação dos dados isolados de estupros e estupros de vulneráveis justamente pela complexidade envolvida em ambos os crimes, mas especialmente no segundo, considerando – segundo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) – o aumento de vítimas menores de 14 anos. Crianças e vulneráveis apresentam dificuldades para denunciar o abusador e ou agressor e muitas vezes dificuldade de identificar que foram vítimas de um crime, o que revela a urgência da construção de políticas educacionais que as protejam. Para especialistas, segundo reportagem veiculada na Folha de São Paulo (2021), a diminuição dos crimes está relacionada com o isolamento social, a dificuldade de acessar a delegacia e de sustentar as demandas recorrentes dessa denúncia, uma vez que o agressor, na maioria das vezes, é conhecido ou faz parte do núcleo familiar da vítima. Além do trauma da própria violência é necessário levar em consideração o processo de denúncia, sendo o agressor conhecido ou não da vítima, se trata de um processo traumático e necessidade de uma alta capacidade de sensibilidade e acolhimento, levando a vítima a desistir de prosseguir com a denúncia por se sentir coagida e violada pelo próprio sistema que deveria protegê-la.

Quando se trata de um agressor conhecido é necessário observar a capacidade de autonomia financeira da vítima, fator que colabora para que muitas mulheres recuem em denunciar seu agressor. A feminização da pobreza e a falta de acesso de mulheres à moradia no Brasil é um problema estruturalmente constituído. Helene (2019) aponta em sua pesquisa que no Brasil mulheres que ocupam os mesmos cargos que homens, faixa etária e grau de instrução, ganham em média 30% a menos que eles. A autora ainda destaca, apoiada em Itikawa (2015, p. 40), que além das trajetórias femininas de trabalho serem marcadas pela instabilidade e vulnerabilidade, 46,3% exercem funções concentradas em serviços domésticos, de educação, saúde, trabalhos sociais e comunitários: “Vale dizer que, esse grupo, relacionado às chamadas tarefas reprodutivas, constitui ainda as atividades laborais mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho” (HELENE, 2019; p.956). A má remuneração atrelada à dupla jornada de boa parte das mulheres que além da sua jornada de trabalho ainda acumulam tarefas domésticas escancara as dificuldades de sustentar a denúncia de agressor ao qual se mantém uma dependência financeira e de acesso à moradia.

No contexto pandêmico, momento em que se evidencia as desigualdades relacionadas ao morar e morar em segurança, é acrescido mais um agravante: no ano de 2021, a ONU Mulheres, a partir de dados da PNAD, alertou que a pandemia tirou sete milhões de mulheres do mercado de trabalho no Brasil, ainda em relação a necessidade de cuidado de familiares e a relação com o trabalho: “O levantamento da ONU Mulheres apontou que, no mercado, a participação de mulheres com filhos e filhas de até dez anos caiu de 58,3%, no segundo trimestre de 2019, para 50,6% no segundo trimestre de 2020”. (ONU Mulheres, 2021). Esta é uma problemática que pode impactar no futuro da vida das mulheres, pois os meios materiais além de promover o bem-estar, equalizam as relações de poder fazendo com a mulher desenvolva suas atividades no espaço público e não somente no espaço privado (Rodrigues, Schabbach e Marx, 2014)

Para isto devemos olhar para a diversidade das mulheres: negras, indígenas e LGBTQ+ e suas necessidades durante a pandemia estabelecendo a relação entre a multiplicidade de marcadores³⁴, promovendo políticas de inclusão social, de combate a violência contra a mulher e de geração de emprego e renda.

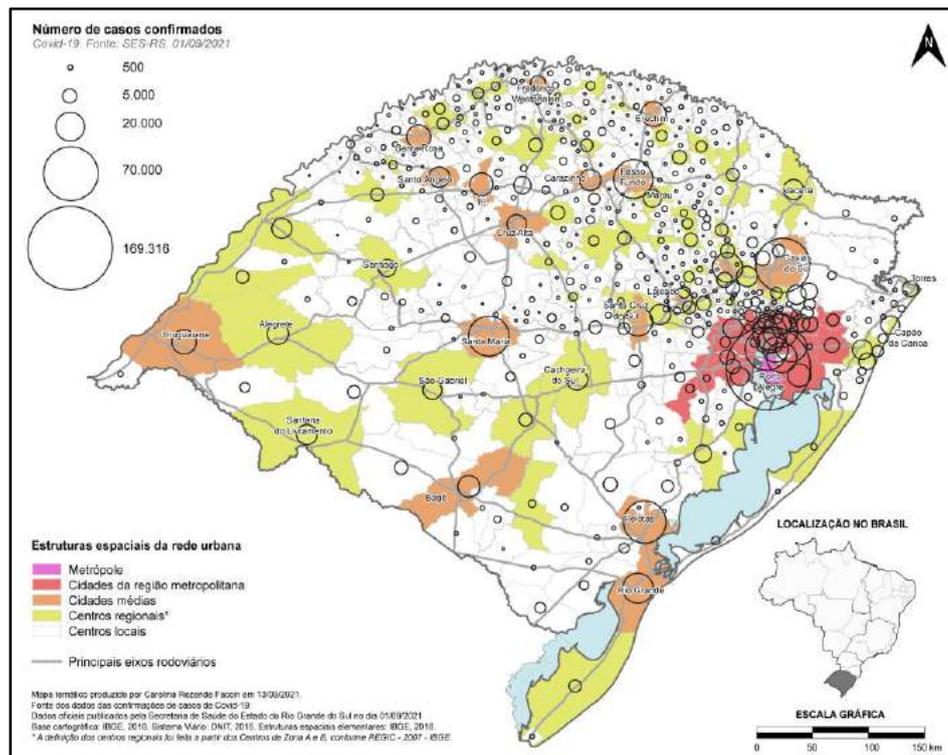
3. A DIFUSÃO DA PANDEMIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Os dados apresentados pelo Observatório do Desenvolvimento Regional (OBSERVADR) demonstram que há uma tendência de expansão territorial do Covid-19 no Rio Grande do Sul a partir de Porto Alegre e de sua Região Metropolitana (com maior densidade populacional e possibilidades de aglomerações de pessoas) avançando para outras regiões. Porto Alegre apresenta o maior número de casos confirmados no Estado — 169.1316 em 01 de setembro de 2021 — seguidos das cidades médias em todas as regiões do Estado. Segundo análise do Observatório DR/ Covid - 19 (2020): “Essa dispersão espacial da doença acompanha a estrutura da rede urbana gaúcha e tem ocorrido através dos principais eixos rodoviários do estado e das cidades médias que essas estradas conectam”.

³⁴ Projeto de extensão Mulheres e Cidades, da sociologia UFRGS, através dos diálogos com mulheres de movimentos sociais, indígenas, etc. vem mostrando a necessidade de se ter um olhar atento para a diversidade das mulheres e a relação com a cidade durante a pandemia. Temas importantes apareceram nos diálogos como trabalho e renda, moradia, mobilidade, hortas urbanas e alimentação saudável, segurança, remuneração do cuidado. Os diálogos estão disponíveis em: . https://www.youtube.com/channel/UCIwiVpJZ89OyKob_YGepuWQ/videos (GPSUIC UFRGS no YouTube). O III Fórum do BR Cidades também apontou na mesa Gênero, Raça e Classe: manutenção e produção das desigualdades urbanas. Por um horizonte emancipatório, a necessidade de perceber as ausências e as necessidades para as mulheres na pandemia e de perceber que mulheres têm acesso aos canais de participação no Brasil. BR Cidades no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=ZQCH-OsIJBm&t=4940s>

Observa-se também que, enquanto os municípios a oeste da RMPA apresentam maior dispersão da doença, nas regiões Norte, Nordeste e Leste do Estado, conforme podemos verificar na **Figura 6**, existe a maior concentração de casos confirmados.

Figura 6: Número de casos confirmados de Covid-19 (01/09/2021)



Fonte: Elaborado por Carolina Resende Faccin (2021) a partir de dados da SES-RS (2021).

Os fluxos de deslocamentos por serviços de saúde no RS, mapeados a partir dos dados da REGIC 2018 demonstram, igualmente, a convergência para Porto Alegre e para a RMPA, em que se localizam o maior número de hospitais com UTI e maior oferta dos serviços de saúde de alta complexidade. A RMPA atrai fluxos não só dos municípios próximos, mas de todas as regiões do estado, que buscam serviços de alta complexidade ali concentrados.

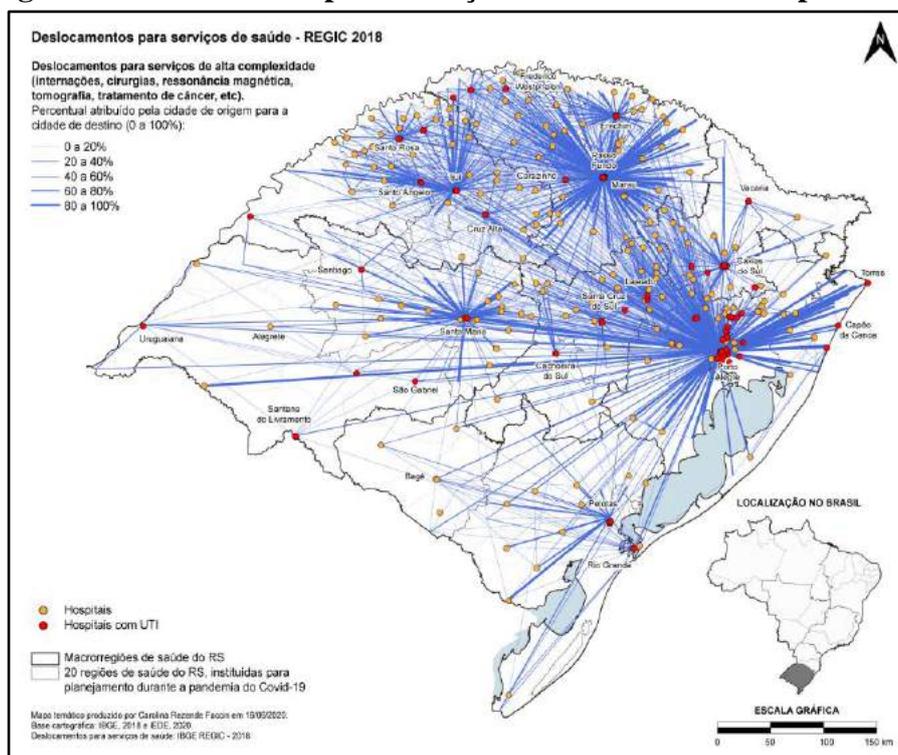
Segundo as informações do OBSERVADR/Covid-19 (2020 e 2021) a respeito dos deslocamentos relacionados à complexidade dos serviços de saúde, existe uma grande desigualdade na distribuição dos fluxos de saúde no Estado, conforme pode ser verificado na **Figura 7**.

A partir dela, verifica-se a alta intensidade dos fluxos de pessoas em busca de serviços de saúde em direção às cidades de Passo Fundo, Ijuí, Erechim, Santa Maria e Pelotas, além da já citada RMPA. Tal distribuição ocorre em razão da densidade e maior número de municípios da rede urbana,

o que resulta na maior concentração dos fluxos na metade norte do no Rio Grande Sul, que apresenta a forte relação entre os polos de saúde e o número de casos confirmados nas principais cidades médias do Estado.

As regiões metropolitanas são espaços que se destacam como centros de influência e que atraem fluxos (principalmente de pessoas) de várias cidades em seu entorno (VERCEZI; LIZ, 2020). Essa capacidade de concentrar, atrair e difundir fluxos (de mercadorias, pessoas, capital e informação) revelou-se determinante na disseminação da pandemia na realidade gaúcha. No início da pandemia os casos estavam concentrados nas principais cidades do país e seus núcleos metropolitanos, entre eles Porto Alegre e seu entorno (COSTA et. al. 2020), ou seja, com maior concentração de casos em cidades que ocupam um maior nível hierárquico na rede urbana brasileira.

Figura 7: Deslocamento para serviços de saúde de alta complexidade



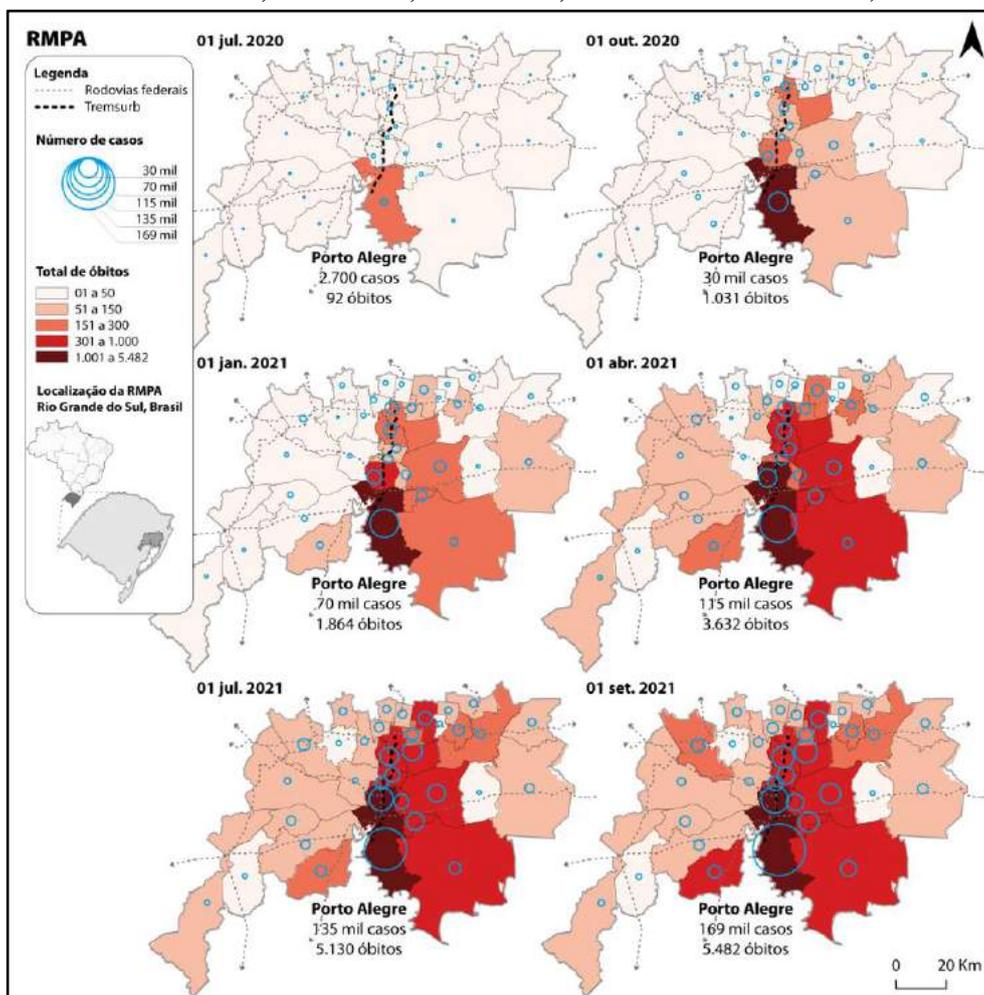
Fonte: Elaborado por Carolina Resende Faccin (2021), a partir da REGIC 2018.

Conforme mencionado no dossiê anterior, o primeiro caso de COVID-19 do Estado foi registrado em um município da RMPA, Campo Bom, em março de 2020. Desde então, a RMPA tem concentrado um percentual significativo de casos da doença registrados no Estado, variando de um percentual de 67% ao fim de março de 2020 para 28,18% em junho de 2020. Em setembro e novembro de 2020 esse percentual voltou a subir, chegando a quase 50% dos casos registrados no Estado. Já em

março de 2021, um ano após o registro do primeiro caso, a RMPA concentrava 37,66% do total de casos. Os dados apresentados mostram, portanto, a relevância em observar espaços metropolitanos, como a RMPA, tanto por se configurarem em centros concentradores de casos e óbitos relacionados à pandemia, como também demonstram a sua dispersão para o interior do Estado.

A **Figura 8** apresenta a evolução de casos confirmados e número de óbitos por COVID-19 nos municípios da RMPA por trimestre (dias 1º de junho e 1º de outubro de 2020 e 1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de setembro de 2021). Durante os últimos nove meses de 2021 houve maior difusão do coronavírus entre os municípios da RMPA que mantém uma relação pendular com Porto Alegre.

Figura 8: Evolução do número de casos confirmados e de óbitos por município da RMPA (01/07/2020, 01/10/2020, 01/01/2021, 01/04/2021, 01/06/2021 e 01/09/2021)

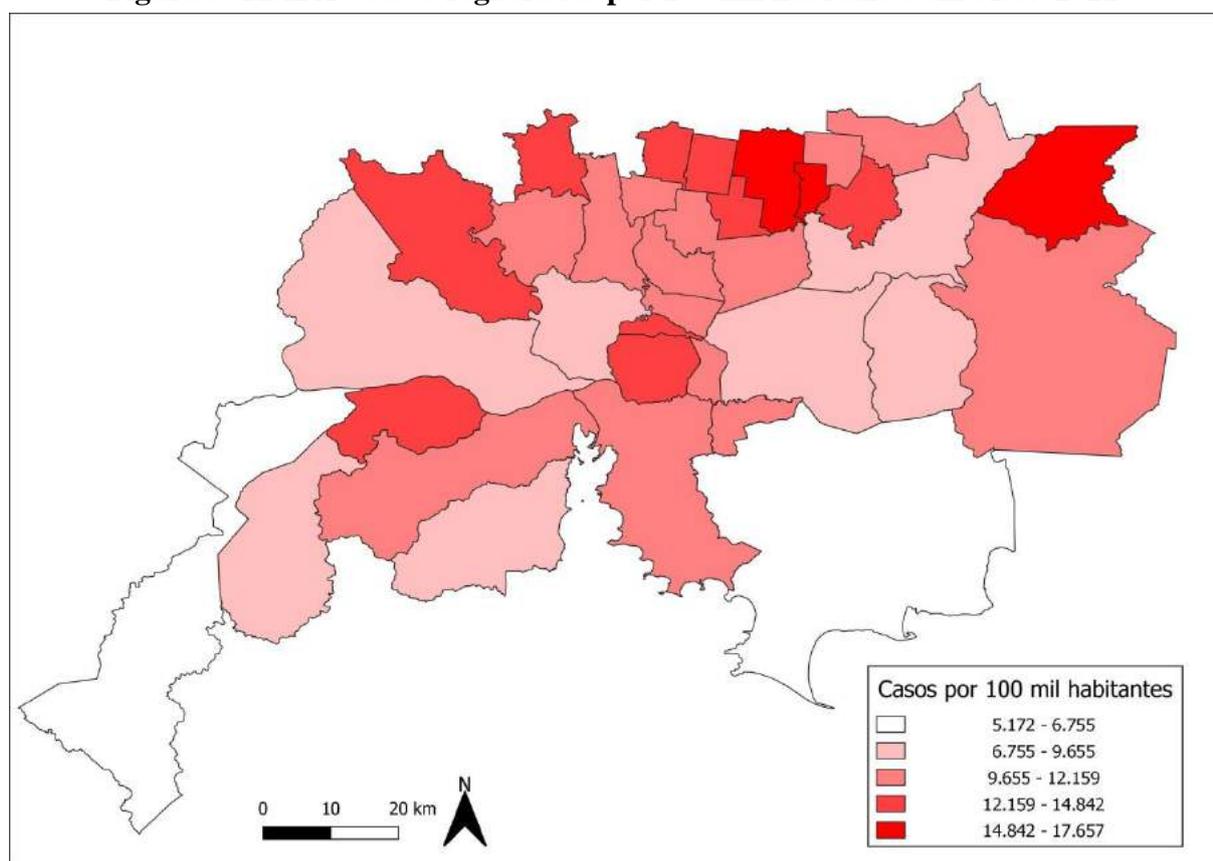


Fonte: Elaborado por Carolina Resende Faccin a partir de RIO GRANDE DO SUL (2021).

Pela **Figura 8**, é possível verificar como Porto Alegre se destaca como o município com maior número de casos da RMPA. No primeiro trimestre de 2020 todos os municípios da RMPA contavam com pelo menos um caso registrado da doença. A partir do segundo trimestre de 2020 aumentaram os casos registrados nos municípios com maior contingente de população urbana da RMPA, localizados nos principais eixos da região: BR-116 (Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo) e BR-290 (Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí), que concentram também os hospitais com vagas de UTI).

Se considerarmos os casos registrados por 100 mil habitantes (**Figura 9**), observa-se a concentração nos municípios situados no norte da RMPA e que são integrantes da sub-região RMPA-Vale (Vale do Sinos), com forte presença da indústria coureiro-calçadista, atividades produtivas ocorrem de forma difusa nas 14 cidades da sub-região³⁵.

Figura 9: RMPA - casos registrados por 100 mil habitantes em 01/09/2021.



Fonte: Elaborado por Pedro Ugalde a partir de RIO GRANDE DO SUL (2021).

³⁵ O setor produtivo coureiro-calçadista na região do Vale dos Sinos atua de forma descentralizada a partir de micro, pequenas e médias empresas que passaram a ser designadas como *atelier de calçados*. Estas unidades produtivas operam por intermédio de relações de subcontratação ou prestação de serviços, muitas vezes sem vínculo formal ou contrato pré-estabelecido junto às empresas de maior porte (SCHNEIDER, 2004). Cada cidade, portanto, possui uma dinâmica industrial própria.

É importante relacionar os dados sobre o registro de desligamentos profissionais por morte na RMPA entre 2020 e 2021, que apresentaram crescimento de 358% (passando de 114 para 523 desligamentos por morte) (OBSERVASINOS, 2021). Destacam-se profissões tradicionalmente mais expostas, como motorista de caminhão, porteiro de edifícios, assistente administrativo e vendedor do comércio varejista. Porém, em 2021 outras profissões apareceram em destaque no número de casos e mortes, tais como faxineiros e trabalhadores da confecção de calçados, esta última ocupando a quarta posição, considerando que, em 2020, não figurava entre as dez profissões com maior número de desligamentos (OBSERVASINOS, 2021).

Aqui cabe um comentário sobre a possibilidade de subnotificação de casos confirmados registrados pelos órgãos governamentais, já que esse registro depende da capacidade de testagem da população (RODRIGUES et. al., 2020). Para a OMS, para que possam ser adotadas medidas de flexibilização, a porcentagem de infectados em relação aos testados deve ser de 5% (COELHO; PILECCO, 2020). Um fator que pode influenciar o registro de casos confirmados é a coleta da amostra do paciente no momento adequado após a infecção, que deve ocorrer nos primeiros 4 a 8 dias após o aparecimento dos sintomas (MAGNO et. al., 2020). Caso a coleta não seja feita no período adequado, pode ocorrer a imprecisão da testagem. Os casos assintomáticos também podem contribuir na imprecisão dos dados, já que o período de aparecimento de sintomas é determinante para a eficácia do teste (MAGNO et. al., 2020). Neste sentido, o Brasil apresenta baixa testagem da população, apontando para uma subnotificação da pandemia (NEIVA et. al., 2020). Na RMPA é possível identificar como a discrepância na testagem da população entre os municípios pode revelar distorções. A partir de dados divulgados em reportagem do Diário Gaúcho (NETO, 2021), Esteio é a cidade que proporcionalmente realizou mais testes e também é a que apresenta maior incidência de casos e óbitos por 100 mil habitantes. Já Viamão é a cidade que proporcionalmente realizou menos testes na RMPA e é a que apresenta uma das menores incidências da doença por 100 mil habitantes. Assim, consideramos os dados de casos confirmados importantes para o entendimento da evolução da pandemia, porém as situações apontadas podem dificultar a estimativa real da pandemia.

4. A PANDEMIA EM PORTO ALEGRE

A mudança política no governo municipal em Porto Alegre, ocorrida em razão das eleições de 2020, alterou a estratégia de acompanhamento e enfrentamento da COVID-19. O governo anterior

(Nelson Marchezan Jr., prefeito entre 2017 e 2021) foi marcado pela criação de um gabinete específico voltado à observação da evolução das bandeiras e pela campanha pelo distanciamento social, com a meta de 55% de distanciamento social. Destaca-se nesta primeira fase o uso de tecnologia de geolocalização, através dos 540 mil usuários de celular da Capital, em que as informações sobre os deslocamentos realizados na cidade (Soares et al, 2020). Em Porto Alegre, tanto o distanciamento social, como os deslocamentos da população tiveram uma configuração bastante desigual, conforme apresentaram Augustin e Soares (2021). Segundo a Secretaria de Saúde do RS, Porto Alegre conta com onze hospitais municipais³⁶, embora nem todos estejam aptos para atendimento à Covid-19. A distribuição de leitos e respiradores apresenta, no momento da realização deste dossiê, os dados conforme apresentados pela Tabela X.

Tabela 17: Ocupação de Leitos em Porto Alegre/RS (atualização em 04/11/2021)

Indicador	Quantidade total	Leitos/equipamentos ocupados	% de ocupação
Leitos UTI Adulto	1.064	743	69,8
Leitos SUS	643	424	63,0
Leitos privados	391	319	81,6
Leitos Covid-19 fora da UTI Adulto	1.292	163	12,6
Respiradores em UTI Adulto	1.064	295	27,7

Fonte: Secretaria da Saúde. Disponível em: <https://covid.saude.rs.gov.br>.

A partir do acesso às vacinas no Brasil em janeiro de 2021, o novo governo municipal (Sebastião Melo, prefeito entre 2021 a 2025) criou uma campanha de vacinação em coordenação com o Governo do RS. Segundo o vacinômetro, criado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), 98,5% da população estão vacinados com a primeira dose e 78,7% com a segunda dose em 04 de novembro de 2021 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2021). Entretanto, observando a distribuição da vacinação por bairros, identificam-se algumas disparidades. Dados

³⁶ São os seguintes hospitais municipais de Porto Alegre: Hospital Santa Ana; Associação Hospitalar Vila Nova; Hospital Espírita de Porto Alegre; Hospital Banco de Olhos de Porto Alegre; Hospital Beneficência Portuguesa; Hospital Divina Providência, Hospital Independência, Hospital Restinga e Extremo Sul; Hospital São Lucas da PUCRS; Instituto de Cardiologia; e Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre. Informação disponível em <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202006/04150246-lista-de-hospitais-e-valores.pdf>.

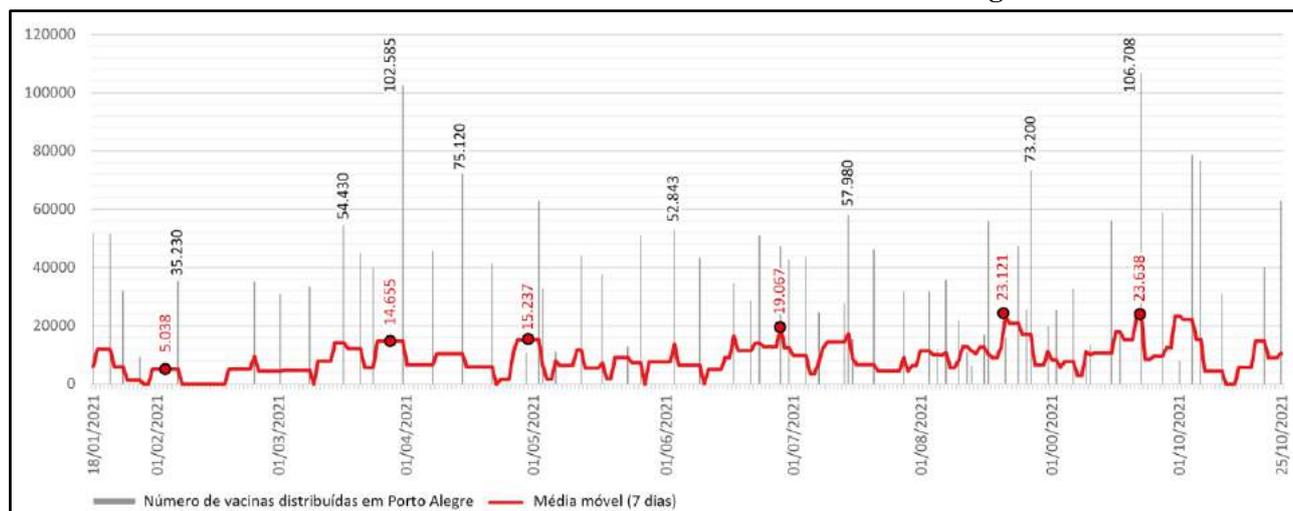
divulgados pela PMPA em 15/09/2021 demonstram que, dos mais de 57 mil residentes em Porto Alegre aptos a serem vacinados e que não haviam tomado nenhuma dose, 47% não se encontravam em dez bairros da periferia da cidade, entre eles Restinga (9% do total de não vacinados) e Lomba do Pinheiro (6,2%), seguidos por Santana (5,2%), Sarandi (5%), Santa Tereza (4,6%), Santa Rosa de Lima (4,1%), Mário Quintana (3,4%), Bom Jesus (3,3%), Partenon (2,8%) e Morro Santana (2,8%). Destes, os únicos que podem ser considerados “não periféricos” seriam Santana e Santa Teresa, porém os mesmos concentram algumas comunidades importantes da cidade, o que pode explicar a baixa taxa de vacinação. Outra informação importante é que, a partir do cruzamento de dados do Cadastro Único do SUS (CADSUS), a PMPA identificou que 66% da população adulta vacinável não imunizada recebe algum tipo de benefício social, o que indica que a população em situação vulnerável é majoritária entre os não vacinados³⁷.

O processo de vacinação em Porto Alegre foi iniciado em 18 de janeiro de 2021, quando as primeiras 50 mil doses de vacinas da marca Coronavac chegaram no aeroporto Salgado Filho. No dia seguinte a sua chegada, foi iniciada a vacinação em 24 postos distribuídos no município³⁸. Em março iniciou a vacinação de reforço no município, utilizando a marca Pfizer. A Gráfico 7 demonstra a evolução da distribuição de vacinas para Porto Alegre pelo Governo do Rio Grande do Sul entre janeiro e outubro de 2021, considerando que foram destinadas ao município de Porto Alegre 2.526.738 doses pelo Governo do Estado.

³⁷ Conforme reportagens dos jornais Zero Hora de 15/09/2021 (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/09/quais-sao-os-10-bairros-de-porto-alegre-com-mais-pessoas-vacinaveis-nao-imunizadas>) e Brasil de Fato RS, de 23/09/2021 (<https://www.brasildefatores.com.br/2021/09/23/por-que-restinga-e-lomba-do-pinheiro-sao-os-bairros-de-porto-alegre-com-menos-vacinados>). Acesso em 04 de out. de 2021.

³⁸ https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/especiais/coronavirus/2021/01/774938-como-sera-a-vacinacao-contr-a-covid-19-em-porto-alegre.html

Gráfico 7: Número de vacinas distribuídas em Porto Alegre

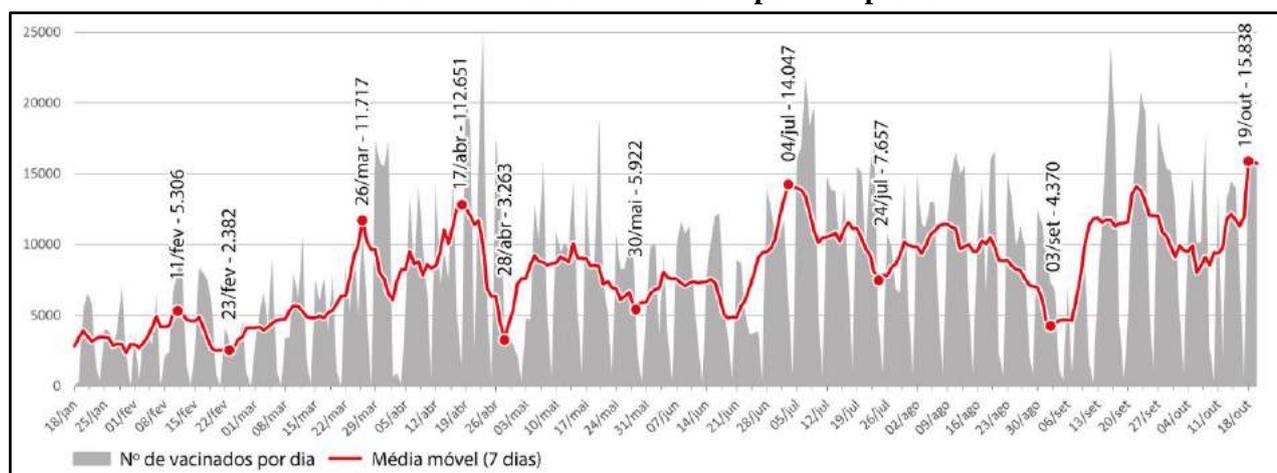


Fonte: Elaborado por Carolina Resende Faccin (2021) a partir de dados obtidos da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2021).

Ao observar os dados apresentados no Gráfico, verifica-se que a média móvel se mantém relativamente estável e mais baixa do que nos meses seguintes, em que a distribuição de vacinas se eleva, principalmente entre março e maio de 2021. Outra elevação da média móvel se torna mais significativa entre junho e agosto e, finalmente, houve outra fase de aumento da distribuição nos meses de setembro até o início de outubro. Do ponto de vista da quantidade de vacina distribuída, destaca-se o mês de abril, com 102.565 doses distribuídas; e setembro com 106.708 doses.

Quanto ao número diário de vacinados em Porto Alegre, observa-se, em seu conjunto, um perfil crescente ao longo de todo o período analisado, ou seja, entre 18 de janeiro e 19 de outubro de 2021, embora haja também algumas oscilações. Em alguns momentos deste período, destacam-se, aumentos importantes em relação à média móvel, calculada pela evolução da vacina durante uma semana. Dentre estes picos, destacam-se os dias segundo apresenta a Gráfico 8: 26 de março, 04 de julho e 19 de outubro. Verifica-se também alguns momentos de considerável redução do número de vacinados, como nos dias 28 de abril, 30 de maio, 24 de junho e 03 de setembro.

Gráfico 8: Número de vacinas aplicadas por dia



Fonte: Elaborado por Carolina Resende Faccin (2021) a partir de dados obtidos da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2021). Disponível em: <https://vacina.saude.rs.gov.br/>

Em levantamento realizado no dia 03/11/2021 no *site* da Secretaria de Saúde do RS verificou-se que, até aquela data, foram vacinadas com a primeira dose 77,40% da população total de Porto Alegre (1.483.771 habitantes) apresentavam aplicação apenas da primeira dose; 63,86% realizaram a segunda dose; e 2,95% realizaram a dose única. Ou seja, 66,81 completaram o esquema vacinal. O Tabela 16 a seguir apresenta as principais informações sobre o total de pessoas vacinadas e o equivalente em percentual sobre a população total de Porto Alegre.

Tabela 18: Número de pessoas vacinadas em Porto Alegre (até outubro de 2021).

Indicador	Pessoas vacinadas	Percentual
População geral	1.483.771	100
1ª Dose	1.148.452	77,40
2ª Dose	947.501	63,86
Dose única	43.820	2,95
Dose de reforço	137.711	9,28
Total aplicado	2.277.484	86

Elaboração. Os autores. Fonte: <https://vacina.saude.rs.gov.br>.

A Secretaria de Saúde também apresenta em seu *site* a quantidade de doses aplicadas em grupos prioritários, ou seja, aqueles definidos pelo Plano Estadual de vacinação contra Covid-19³⁹, segundo o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19⁴⁰. A distribuição das doses aos grupos ocorreu em períodos distintos. Segundo o Vacinômetro⁴¹, as pessoas em situação de rua iniciaram de forma mais efetiva a vacinação em junho; os indígenas foram vacinados, principalmente em três dias distintos: 28 de janeiro (primeira dose); 25 de fevereiro (segunda dose); e 07 de maio de 2021. As gestantes e puérperas receberam as primeiras doses entre 06 e 10 de maio e a segunda dose foi aplicada em junho. Na Tabela 17 apresenta-se informações sobre a vacinação de alguns grupos prioritários em Porto Alegre.

Tabela 19: Doses aplicadas por grupos vacináveis

Grupos vacináveis	1ª dose	2ª dose	Única	Reforço	Total
Povos indígenas	237	134	0	4	375
Povos e comunidades tradicionais	1.279	1.277	0	75	2.631
Forças armadas (membros ativos)	3.785	3.450	106	0	7.341
Gestantes	5.176	4.409	6	6	9.597
Puérperas	1.366	1.218	1	8	2.593
Pessoas em situação de rua	1.760	1.039	90	7	2.896
Pessoas com deficiência	3.748	3.656	83	196	7.683
Trabalhadores da Educação	29.264	29.045	168	46	58.523

³⁹ Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19 - Embasamento, Operacionalização e Avaliação. Versão 9.0 (07/07/2021). Disponível em: <https://coronavirus.rs.gov.br/upload/arquivos/202107/27152755-plano-estadual-de-vacinacao-contra-covid-19-do-rs-atualizado-em-07-07-2021.pdf>

⁴⁰ Segundo o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid 19, são considerados grupos prioritários os seguintes: pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas; pessoas com deficiência institucionalizadas; trabalhadores de saúde; povos indígenas vivendo em terras indígenas; população idosa (60 anos ou mais); povos e comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas; pessoas com comorbidades; pessoas com deficiência permanente; população em situação de rua; população privada de liberdade; funcionários do sistema de privação de liberdade; trabalhadores da educação básica e superior; forças de segurança e salvamento; forças armadas; trabalhadores do transporte coletivo rodoviário de passageiros urbano e de longo curso; trabalhadores do transporte metroviário e ferroviário, trabalhadores do transporte aéreo; trabalhadores de transporte aquaviário; caminhoneiros; trabalhadores portuários; trabalhadores industriais e trabalhadores de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Ressalta-se que os grupos são passíveis de alteração a depender das indicações da vacina após aprovação da ANVISA, assim como as possíveis contra-indicações. Ver em: Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra o Covid-19. Versão 11 (07/10/2021). <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19/view>

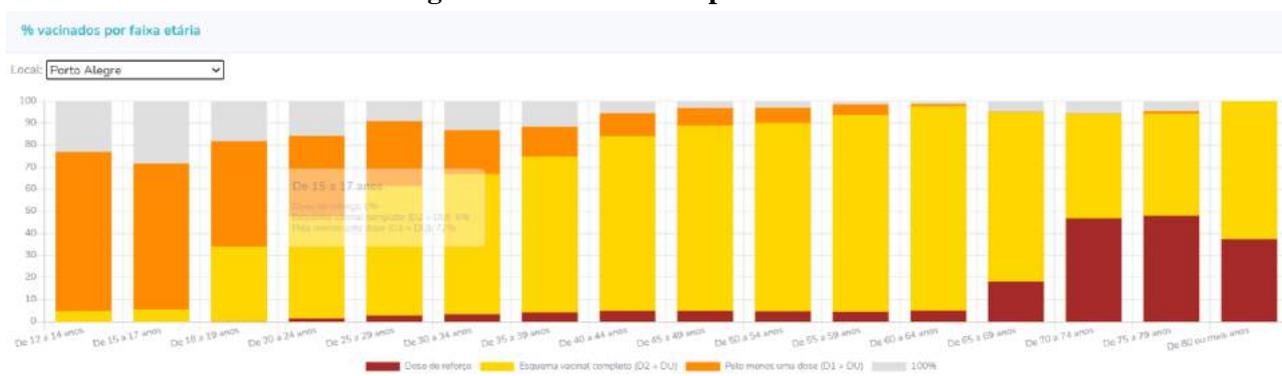
⁴¹ Ver Vacinômetro, disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/coronavirus/vacinometro-painel>.

Trabalhadores da Saúde	131.795	129.428	207	47.518	308.948
-------------------------------	---------	---------	-----	--------	---------

Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2021). Disponível em: <https://vacina.saude.rs.gov.br>.

No que se refere à faixa etária, Porto Alegre seguiu o calendário estabelecido pelo Governo do RS, segundo a disponibilidade de vacinas. Conforme a Figura 10, observa-se a prevalência de grande quantidade de vacinados equivalente à população adulta (18 a 64 anos) com o esquema vacinal completo (na cor amarela).

Figura10: % Vacinados por faixa etária



Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2021). Disponível em: <https://vacina.saude.rs.gov.br>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente dossiê descreveu, de forma breve, as principais alterações que ocorreram no Rio Grande do Sul e, principalmente, na RMPA, entre 2020 e 2021, quanto às políticas de gestão do avanço da doença, ao atendimento à população em serviços de alta complexidade e à distribuição de benefícios à população de baixa renda.

Os dados obtidos demonstram importantes mudanças na política de gestão da crise sanitária e de saúde pública decorrente da evolução do quadro da pandemia durante o primeiro semestre de 2020. O anterior sistema de bandeiras foi substituído pelo sistema 3As (Aviso, Alerta e Ação) que, embora mantenha a mesma regionalização, abre a possibilidade de ações regionais e municipais mais autônomas, a partir de avaliação do GT Saúde do Governo do Estado.

As formas de organização espacial da rede urbana do RS e suas regionalizações acabam por repercutir em distintos movimentos de pessoas em busca de serviços de alta complexidade: por um lado, há uma alta concentração de deslocamento de pessoas em direção às cidades médias localizadas na metade norte do Estado;

O Auxílio Emergencial Gaúcho foi destinado a diferentes tipos de beneficiários: mulheres chefes de família; empresas Simples Nacional; microempreendedores individuais; e trabalhadores desempregados. Embora sua implantação tenha representado uma “resposta local” aos efeitos da Covid-19, do que uma política realmente de longo alcance (social e territorial) poderia se caracterizar.

Nossas análises mais pormenorizadas versarão sobre os efeitos socioeconômicos e socioterritoriais da pandemia de Covid-19 no RS em diversos aspectos, entre eles, as políticas municipais de mitigação e os auxílios municipais, o mercado de trabalho, a geração de renda nas comunidades, os impactos no setor cultural, as questões educacionais, de transporte coletivo, sempre trabalhando na perspectiva dos efeitos desiguais da pandemia no que tange aos grupos e classes sociais, gênero, etnia e nos territórios.

REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, A. C.; SOARES, P. R. R. (2021) Desigualdades intraurbanas e a Covid-19: uma análise do isolamento social no município de Porto Alegre. Cadernos Metr pole, v. 23, p. 971-992.

Auxílio Emergencial Gaúcho. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Disponível em: <https://auxilioemergencialgaucho.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 14 de set. de 2021.

Portal Transparência. Controladoria Geral da União. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/> . Acesso em: 04 de out. 2021

CARRANÇA, T. (2021). Auxílio emergencial: Com benefício reduzido em 2021, Brasil terá 61 milhões na pobreza. BBC News Brasil. São Paulo, 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399> .Acesso em: 01 de out. de 2021

COSTA, M. A. et al. (2020). Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da covid-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras. Brasília: IPEA. (Nota Técnica, 15).

Divulgada lista dos beneficiários da segunda fase do Auxílio Emergencial Gaúcho. Disponível em: <https://auxilioemergencialgaucho.rs.gov.br/divulgada-lista-dos-beneficiarios-da-segunda-fase-do-auxilio-emergencial-gaUCHO> Acesso em 14 de set. de 2021

FUNDO DAS NA OES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF (2020). Cenário da exclusão escolar no Brasil – Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil. Abril 2020. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>>, acesso em 20/10/2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/> Acesso em: 08 de nov. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2021).Com todas as regiões em bandeira preta, RS completa 50 semanas do modelo de Distanciamento Controlado. Publicado em 16/04/2021. Disponível em <<https://estado.rs.gov.br/com-todas-as-regioes-em-bandeira-preta-rs-completa-50-semanas-do-modelo-de-distanciamento-controlado>> , acesso em 22/10/2021.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (2021) Governo publica decreto que torna obrigatório o retorno às aulas presenciais no RS. Publicado em 30/10/2021. Disponível em <<https://estado.rs.gov.br/governo-publica-decreto-que-torna-obrigatorio-o-retorno-as-aulas-presenciais-no-rs>> , acesso em 02/10/2021.

HELENE. D.(2019) G nero e direito   cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cadernos Metr pole, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019

JORNAL DO COMÉRCIO (2021). Censo Escolar mostra que maior número de matrículas em Porto Alegre é no ensino fundamental. Publicado em 22/09/2021. Disponível em <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/geral/2021/09/812549-censo-escolar-mostra-que-maior-numero-de-matriculas-em-porto-alegre-e-no-ensino-fundamental.html>, acesso em 01/11/2021.

LEI Nº 15.604. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=530339>. Acesso em: 14 set. 2021.

MININEL, A.V. (2020). “Não pode haver futuro sem Cultura”: desafios da pandemia da COVID-19 para os trabalhadores de cultura. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/nao-pode-haver-futuro-sem-cultura-desafios-da-pandemia-da-covid-19-para-os-trabalhadores-de-cultura/> Acesso em 27 out. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2020). DECRETO Nº 20.747, DE 1º OUTUBRO DE 2020. Disponível em <http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3639_ce_301546_1.pdf>, acesso em 21/10/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2020). Secretaria da Saúde/Secretaria da Educação. Boletim Coronavírus Escolas 2020. Disponível em <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?reg=2&p_secao=1027>, acesso em 18/10/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2020). *Carris assume linhas noturnas da Zona Sul e três itinerários voltam a circular*. Porto Alegre, 01 mai. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/carris/noticias/carris-assume-linhas-noturnas-da-zona-sul-e-tres-itinerarios-voltam-circular> Acesso em: 14 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2021). Transparência Covid-19: *Painel Mobilidade e Distanciamento*. Disponível em: <https://infografico-covid.procempa.com.br/distanciamento-social> . Acesso em: 3 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2021). Secretaria da Saúde/Secretaria da Educação. Boletim Coronavírus Escolas 2021. Disponível em <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/sms/default.php?p_secao=1027>, acesso em 18/10/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/coronavirus/vacinometro-painel> Acesso em 04 novembro 2021.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>. Acesso em 20/10/2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde (SES-RS). Sistema 3As de Monitoramento. Secretaria do Estado de Saúde do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>. Acesso em 01 de out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde (SES-RS). Painel Coronavírus RS. Secretaria do Estado de Saúde do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SCAPINI, Gabriela e MARX, Vanessa. Atuação de mulheres em tempos de covid-19: a necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-de-mulheres-em-tempos-de-covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/>. Acesso em 04/11/2021

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: Achyles B. da Costa; Maria Cristina Passos. (Org.). Indústria de calçados no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004, p. 25-49.

Sistema 3As de Monitoramento. Como funciona. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://sistema3as.rs.gov.br/como-funciona> Acesso em: 10 set. 2021

OBSERVADR. Observatório do Desenvolvimento Regional. Dados e Mapas do Rio Grande do Sul e da Região dos Vales. Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://observadr.org.br/portal/dados-e-mapas-do-rio-grande-do-sul-e-da-regiao-dos-valess/> . Acesso em: 01 out. 2021

OBSERVASINOS (2021). Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale dos Sinos. Desligamento de trabalhadores por morte na pandemia aumentou 358% na Região Metropolitana de Porto Alegre. Unisinos, mai. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/trabalho/desligamento-de-trabalhadores-por-morte-na-pandemia-aumentou-358-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre>. Acesso em: 13 jul. 2021.

ONU MULHERES. ONU Mulheres avalia desafio das mães empreendedoras na pandemia Covid-19 e economia no país. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-avalia-desafio-das-maes-empendedoras-na-pandemia-covid-19-e-economia-no-pais/> Acesso em 04/11/21.

RODRIGUES, Alexandre Ben, SCHABBACH, Letícia Maria e MARX, Vanessa. “Cidadania, Empoderamento Feminino e Promoção Familiar através das Políticas Sociais de Transferência de Renda”. In: Políticas Para Família, Gênero e Geração / Jurema Gorski Brites, Letícia Schabbach, organizadoras – Porto Alegre : UFRGS/CEGOV, 2014. 162 p. ; il. (Capacidade Estatal e Democracia)

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G.(2021) Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 04, 2021. Disponível em:<<https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/>>, acesso em 23/10/2021.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. (2021). Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre/RS, n. 05, 2021. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>>, acesso em 23/10/2021.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – Estatísticas Censo Escolar 2017. Disponível em <<https://educacao.rs.gov.br/estatisticas-da-educacao>>, Acesso em 20/10/2021.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RS (SINPRO –RS) - Governo gaúcho prepara novo decreto que extingue bandeira preta e cogestão. Por Gilson Camargo / Publicado em 27 de abril de 2021. Disponível em <<https://www.extraclasse.org.br/politica/2021/04/governo-gaucha-prepara-novo-decreto-que-extingue-bandeira-preta-e-cogestao/>> , acesso em 27/10/2021.

SOARES, P. R. R.; AUGUSTIN, A. C.; CAMPOS, H. A.; SANSON de BEM, J.; WAISMANN, M.; MARX, V.; SIQUEIRA, L. F. ; LAHORGUE, M. L.; UGALDE, P. A. (2020) A pandemia de Covid-19 no Rio Grande do Sul e na metrópole de Porto Alegre. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro. (Org.). As Metrôpoles e a Covid-19: dossiê nacional. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, p. 338-370.

VERCEZI, J. T.; LIZ, T. (2021) A disseminação da Covid-19, rede urbana e metropolização. In: TÖWS, R. L.; MALYSZ, S. T.; ENDLICH, A. M. Pandemia, espaço e tempo: reflexões geográficas. Maringá, Paraná: PGE - Programa de Pós-Graduação em Geografia. cap. 3, p. 63-85. ISBN 978-65-88495-01-8. E-book (206 p.).

APÊNDICE 1 - Saldo de vínculos no mercado formal de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos seus 34 municípios, em atividade econômicas selecionadas no mês de março dos anos de 2020 e 2021

	Ind. de Transformação		Construção		Comércio, Reparação de Veículos		Alojamento e Alimentação		Inf. e Comunicação		Educação		Saúde Humana e Serviços Sociais		Artes, Cultura, Esporte e Recreação		Total Geral	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
RMPA	-2.292	1.354	-627	-264	-1.972	199	-2.341	-785	345	413	404	77	291	2.072	-237	-104	-6.020	4.808
Alvorada	-40	24	0	17	-19	6	7	-8	3	3	-6	-8	-5	11		0	-59	33
Araricá	-11	60	-1	1	-5	5	2	1			1	2					-12	71
Arroio dos Ratos	-3	-1	-2	-2	1	2	0	-2		1		1			-1		-10	2
Cachoeirinha	-45	85	-17	38	24	94	-47	-22	4	-2	19	15	18	-7	-31	-2	-137	789
Campo Bom	30	129	-13	1	5	20	5	-5	5	6	-1	-4	-1	2	-4	-1	96	212
Canoas	20	2	-62		-151	21	-194	1	-5	3	48		3		-6		-414	29
Capela de Santana	6	8	2		7	-3		3		2							15	15
Charqueadas	-5	-14	6	5	-33	-20	-3	-8		2	-3	0	-1	27		-1	-53	-46
Dois Irmãos	-656	59	-8	7	-3	-22	-3	3	-5	7	1	7	-6	-3			-677	81
Eldorado do Sul	5	-4	-3	-3	21	83	-7	-10	1	34	-6	4	1	-1			-172	209
Estância Velha	-85	63	-45	22	-63	11	6	7	-2	4	0	-1	2	1	-1	1	-158	132
Esteio	11	40	0	4	-31	35	-2	5		4	20	-8	1	11	-2	-3	-18	103
Glorinha	-2	43	-3	-6	-1	2	0	0	0				0				-9	41
Gravataí	-100	8	-42	30	-60	-9	-78	-17	7	2	18	13	-18	85	-4	-8	-356	89
Guaíba	22	57	-1	8	-54	-78	-4	26	4	6	2	10	2	67		-2	-41	163

Igrejinha	-231	-127	-12	25	-10	-9	10	5	0	4	-1	2	13	30	2	-3	-215	-88
Ivoti	-18	10	12	23	-19	28	1	-3	-1	-2	3	0	-2	-28	1		-31	47
Montenegro	48	86	-75	17	1	-56	-13	-17	11	2	12	-21	36	16			26	86
Nova Hartz	-159	127	-1	-3	0	10	2	0		-1	1	-1	2	4			-154	127
Nova Santa Rita	-3	20	-34	-48	22	7	-5	-7		-1	-1		1	-1	1		25	40
Novo Hamburgo	-279	48	-28	35	-135	-23	-156	-80	-5	25	7	1	29	228	-8	-12	-589	557
Parobé	-200	-76	8	-44	-30	6	-9	-4	2	-4	1	-1	8	49	1	1	-225	-95
Portão	16	33	58	27	-21	52	-3	-14			2	0	-1	2		-1	75	128
Porto Alegre	-43	104	-272	141	-1.256	-57	-1.769	-593	279	296	227	48	175	1.417	-164	-62	-2.186	1.757
Rolante	-106	70	-1		5	9	-1	-3	0	-1	1	-1	2	2	1		-93	85
Santo Antônio da Patrulha	-13	-12	-2	-22	-9	5	-17	-9	12	-10	-4	1	9	24		-1	-18	-17
São Jerônimo	20	10	1	-1	-5	-5	-7	-14			3	-1		9		-1	19	-7
São Leopoldo	-71	363	-104	-444	-14	-5	-25	-19	37	26	41	20	9	30	0	-7	-151	-139
São Sebastião do Caí	-1	-71	10	-1	-3	-9	-1	3	0	0	-5	-2	-4	-6			-8	-83
Sapiranga	-414	88	-21	5	-20	-1	-4	-5	2	-3	12	4	3	20	-2	0	-472	133
Sapucaia do Sul	46	100	-42	-24	-19	64	-8	-1	1	0	2	-6	2	20	-3	1	-31	156
Taquara	-43	15	16	8	-59	-20	-15	-7	0	9	2	-12	-5	43	2	-2	-76	49
Triunfo	9	-6	60	-85	-11	0	1	13	0		-3		3	5			109	27
Viamão	3	13	-11	5	-27	56	-4	-4	-5	1	11	15	15	15	-19	-1	-20	122

Elaborado por Judite Sanson de Bem e Moisés Waismann (2021) a partir dos microdados do novo CAGED. Nota: As atividades econômicas: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias Extrativas; Eletricidade e Gás; Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Outras Atividades de Serviços; Serviços Domésticos; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais;